



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240325CE00001

LICITAÇÃO Nº. 00001/2024

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

Câmara Municipal De Riachão Do Poço - PB

Rua João Ferreira Alves, s/n, Centro, Riachão do Poço / PB

CEP: 58348-000 - Telefone: (83) 3628-1067.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 01.638.457/0001-99, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 10:30 horas do dia 26 de Abril de 2024, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 00001/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB.

Data de abertura da sessão pública: 26/04/2024. Horário: 10:30 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 26/04/2024. Horário: 10:31 - horário de Brasília.

Local: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será realizada em um único item.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.3.O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.



ESTADO DA PARAIBA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

Casa José Ferreira de Sousa

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

- 3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;
 - 3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;
 - 3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;
 - 3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;
 - 3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.
- 3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:
- 3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:
 - 3.2.1.1. www.tce.pb.gov.br;
 - 3.2.1.2. <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>; e
 - 3.2.1.3. www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 210 (duzentos e dez) dias.

5.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 210 (duzentos e dez) dias, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos não Vinculados de Impostos: 10.101 CAMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - 01 031 0010 1002 Ampliar e/ou Reformar o Prédio da Câmara - 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações.

5.4. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5. Não poderão participar os interessados:

- 6.5.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 6.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.5.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.5.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 6.5.5. Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e
- 6.5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6. O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7. É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

- 6.7.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;
- 6.7.2. Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços, feita através de uma das seguintes opções a critério do licitante: a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, em substituição da referida vistoria prévia, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00001/2024, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Câmara Municipal de Riachão do Poço - PB" ◀; b) Vistoria prévia ao local de execução dos serviços, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação. O correspondente atestado de vistoria deverá ser formalmente elaborado pelo próprio licitante e assinado pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, a data que foi efetuada a vistoria, e basicamente com os seguintes termos: ► "ATESTAMOS sob as penalidades da lei, que vistoriamos o local de execução dos serviços e tomamos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00001/2024, realizada pela Câmara Municipal de Riachão do Poço - PB" ◀.

6.9.1.1.No caso do licitante optar por realizar a vistoria prévia ao local de execução dos serviços, deverá comunicar ao Órgão de Contratação com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida vistoria, necessária para que seja feito o devido agendamento junto ao setor competente do ORC que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.10.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 1.917,83. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - CAMARA MUNICIPAL DE RIACHAO DO POCO. Banco - 000000. Agência - 000000. Conta Corrente - 000000. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

6.10.1.3. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

8.9.0 valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.0 licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

9.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

- 10.8.1.0 licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;
- 10.8.2.0 Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.17.No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.30. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
- 11.2.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.3.1. Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.3.6. Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.
- 11.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
- 11.4.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.4.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.
- 11.5. O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
- 11.6. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13. Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

12.3.14.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.15.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.15.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.15.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.15.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.15.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.15.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.15.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços - item 6.9.1.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Agente de Contratação, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.6.2.De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8.A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

12.11.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou do Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3. Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.16. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1. Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2. Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3. Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

13.2. A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.2.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

13.2.0 ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.4.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.4.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.4.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.4.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

- 15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.0 prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil - INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.0 prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO



ESTADO DA PARAIBA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

Casa José Ferreira de Sousa

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



ESTADO DA PARAIBA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

Casa José Ferreira de Sousa

21.1.0 licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: João Ferreira Alves, S/N - Centro - Riachão do Poço - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 às 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Sape, Estado da Paraíba.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

JOSÉ LOURENÇO DE ARAÚJO
Agente de Contratação



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	REFORMA E AMPLIACAO DA CAMARA MUNICIPAL DE RIACHAO DO POCO - CONFORME ANEXO	und	1	191.783,02	191.783,02
				TOTAL	191.783,02

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 210 (duzentos e dez) dias.

5.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 210 (duzentos e dez) dias, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

6.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil - INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento



ESTADO DA PARAIBA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

Casa José Ferreira de Sousa

estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

JOSÉ LOURENÇO DE ARAÚJO
Agente de Contratação



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2024

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2024
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.

OBJETO: Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	REFORMA E AMPLIACAO DA CAMARA MUNICIPAL DE RIACHAO DO POCO - CONFORME ANEXO	und	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2024
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240325CE00001

CONTRATO N°:/-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, a Câmara de RIACHÃO DO POÇO, Estado da Paraíba, localizado na rua João Ferreira Alves, s/n, centro, RIACHÃO DO POÇO-PB, neste ato representada pelo Presidente: JOÃO CAMILO FERREIRA FILHO, Brasileiro, residente e domiciliado no Sítio Primavera 2 - RIACHÃO DO POÇO - PB, CPF n° 334.209.711-68, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 00001/2024, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa n° 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara municipal de Riachão do poço/PB.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 00001/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil - INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
Recursos não Vinculados de Impostos:10.101 CAMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - 01 031 0010
1002 Ampliar e/ou Reformar o Prédio da Câmara - 4490.51 99 15001000 Obras e Instalações

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 210 (duzentos e dez) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: 210 (duzentos e dez) dias, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma



ESTADO DA PARAIBA

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

Casa José Ferreira de Sousa

legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sape.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Riachão do Poço - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
Casa José Ferreira de Sousa

Anexo V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 00001/2024
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Câmara Municipal de Riachão do Poço, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

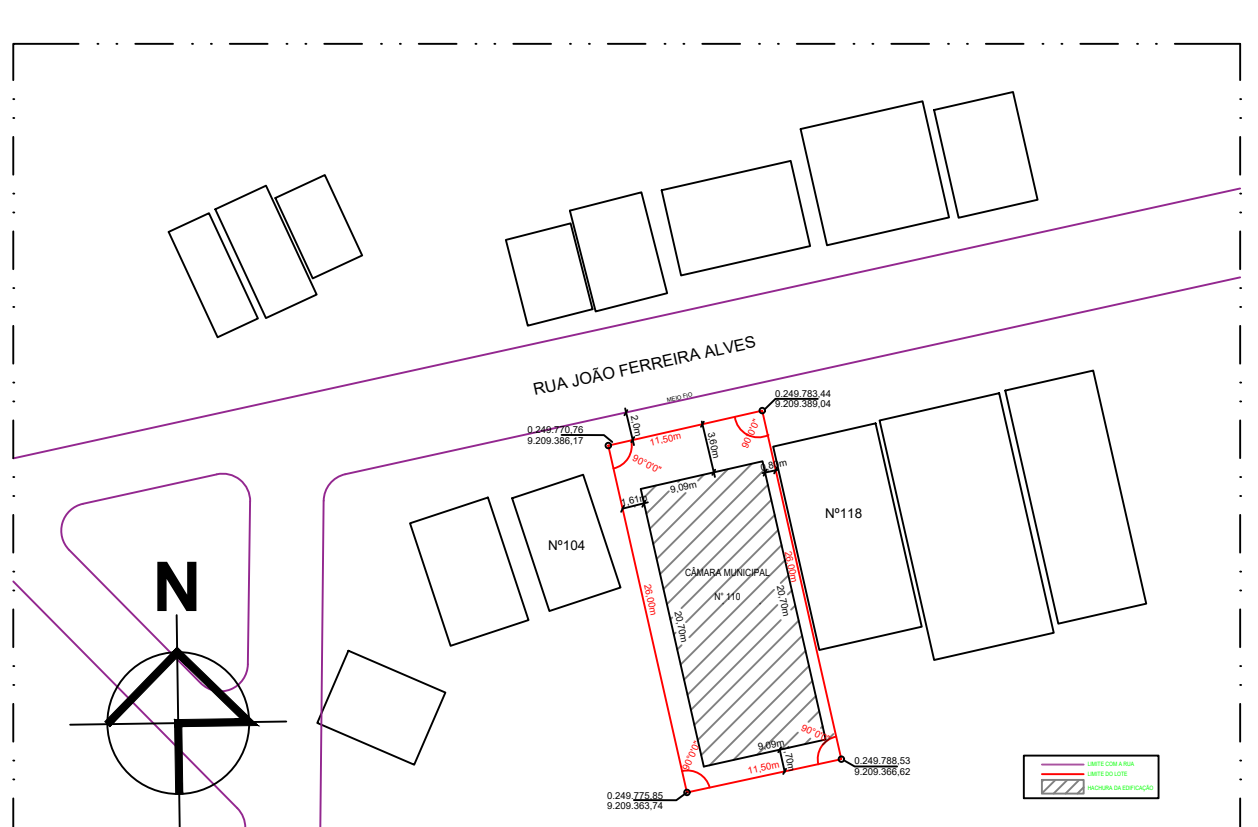
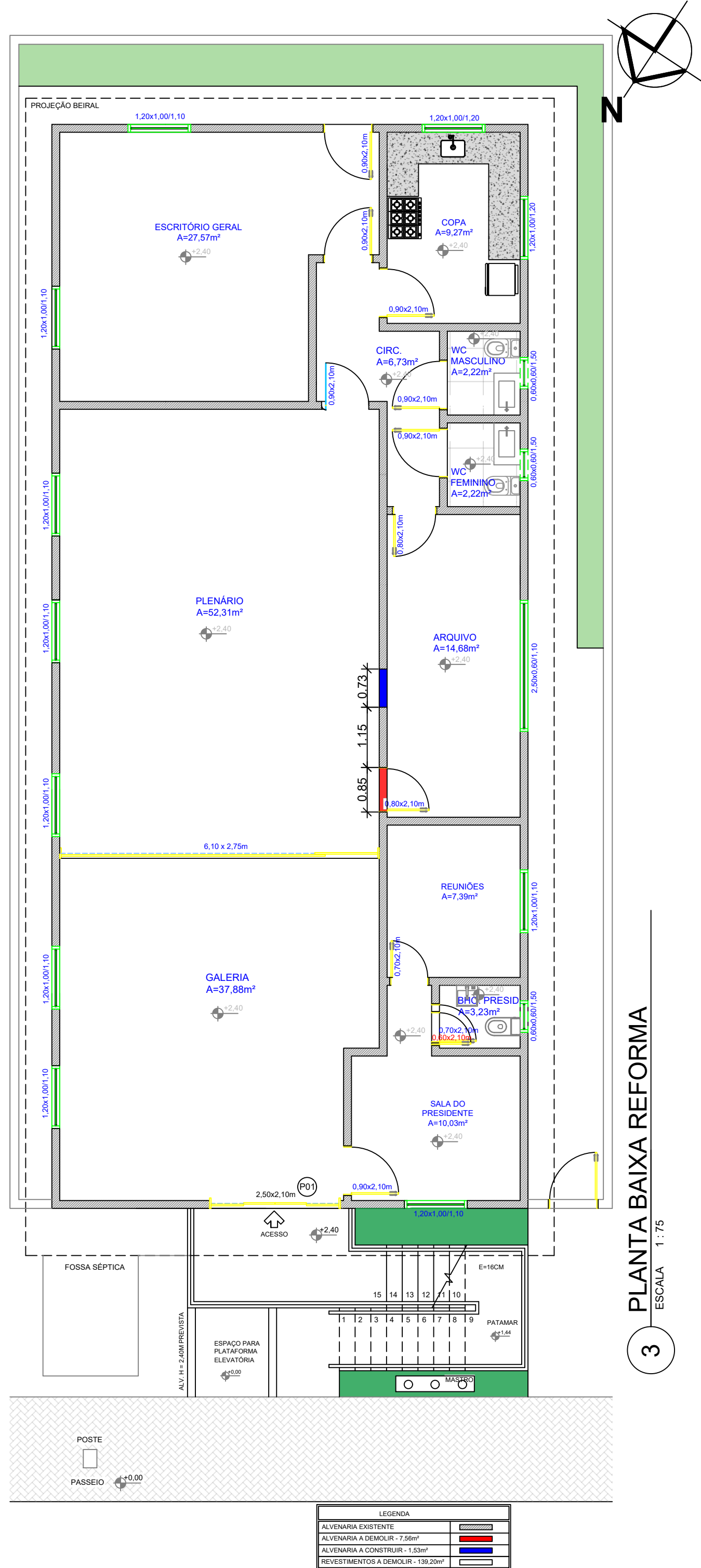
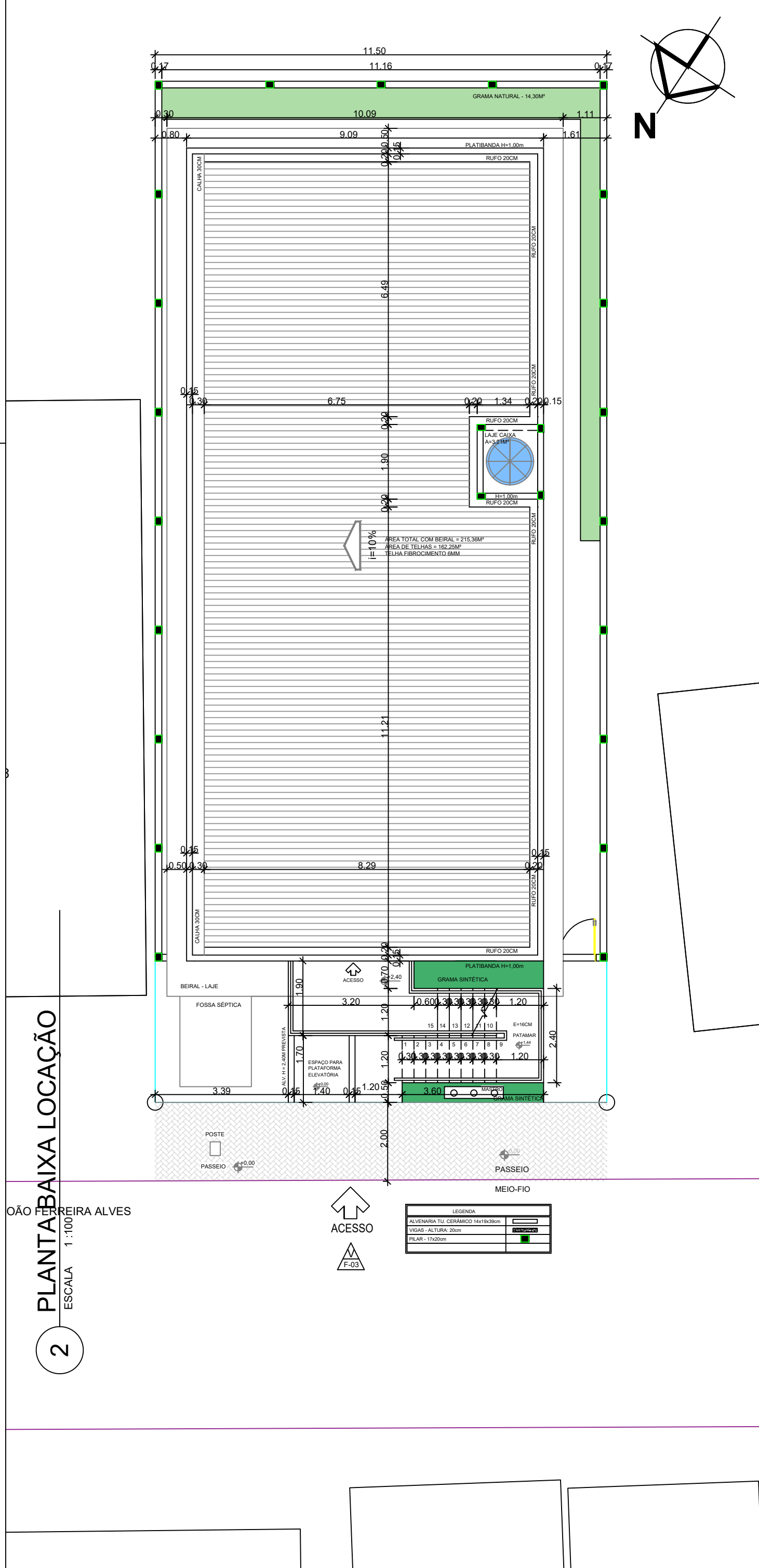
6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



1 PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO

ESCALA 1 : 550

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO	
INSC DO IMÓVEL	
ST	QD
X	X
LT	ZONA
X	X

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2

PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

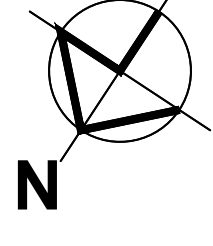
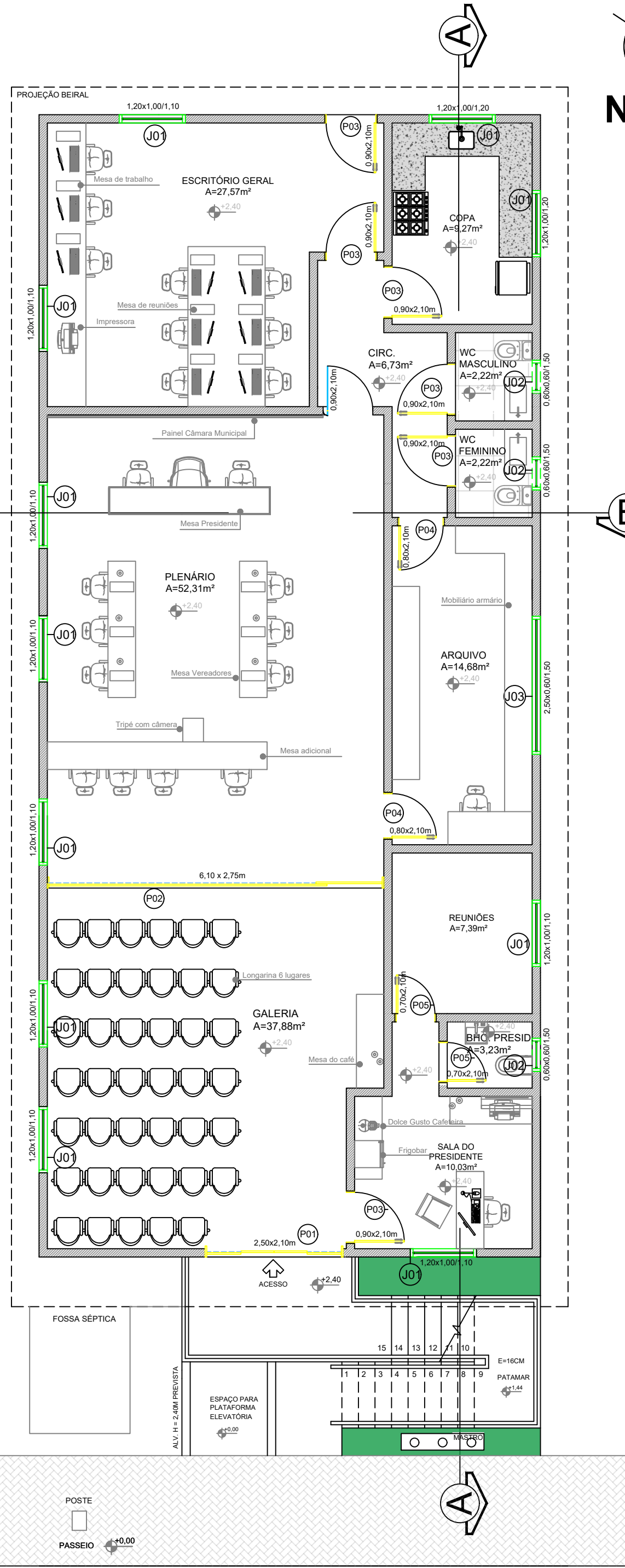
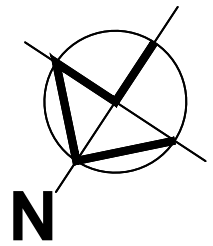
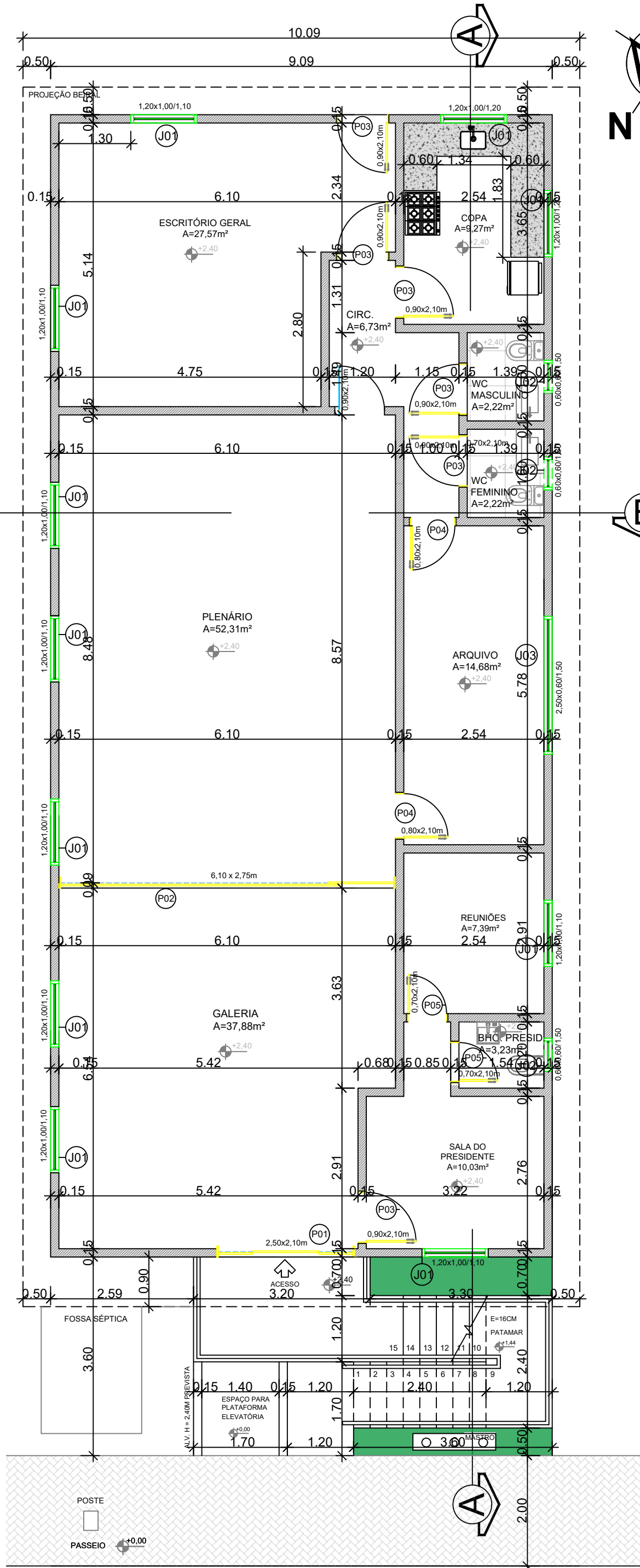
OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.

ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	

FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
01 /05	P. BAIXA IMPLANTAÇÃO P. BAIXA LOCAÇÃO P. BAIXA REFORMA	

1 PLANTA BAIXA TÉRREO

ESCALA 1:75



2 PLANTA BAIXA LAYOUT

ESCALA 1:75

QUADRO DE ÁREAS DOS AMBIENTES

AMBIENTE	MEDIDA
TOTAL A. ÚTIL = 173,53m²	
GALERIA	37,88m²
SALA DO PRESIDENTE	10,03m²
SALA DE REUNIÃO	7,39m²
BANHEIRO PRESIDENTE	3,23m²
ARQUIVO	14,68m²
PLENÁRIO	52,31m²
CIRCULAÇÃO	6,73m²
WC MASCULINO	2,22m²
WC FEMININO	2,22m²
COPA	9,27m²
ESCRITÓRIO GERAL	27,57m²
TODAS AS ÁREAS SE ENCONTRAM NO LAYOUT	

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2



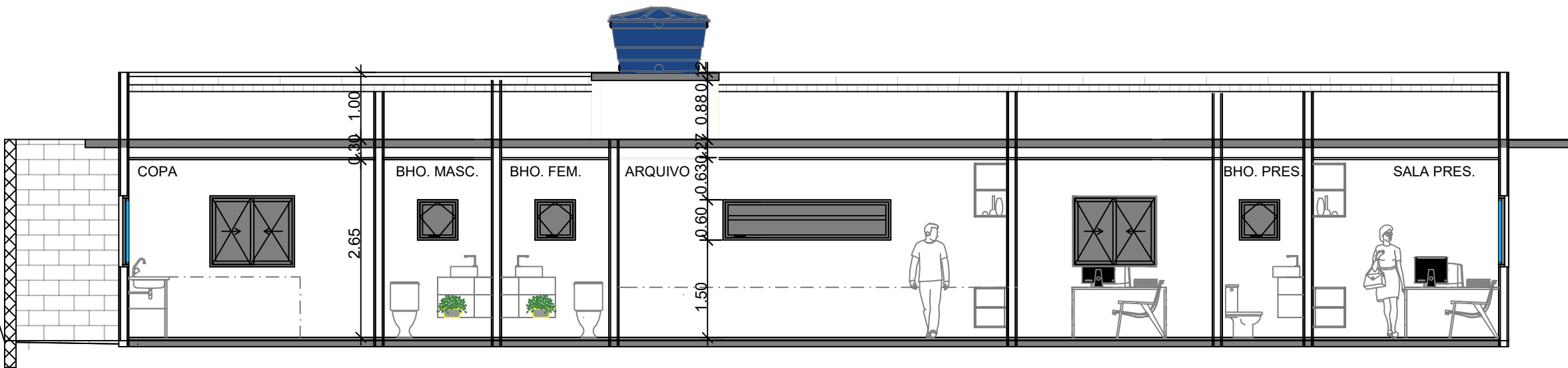
PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

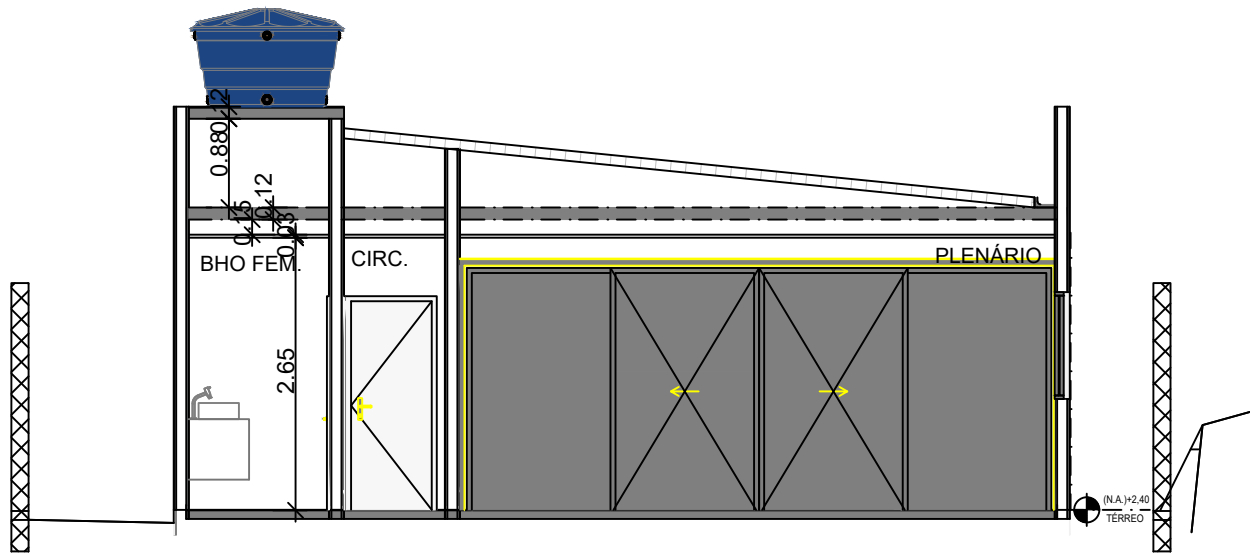
ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	
FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
	P. BAIXA TÉRREO	
	P. BAIXA LAYOUT	

02 / 05



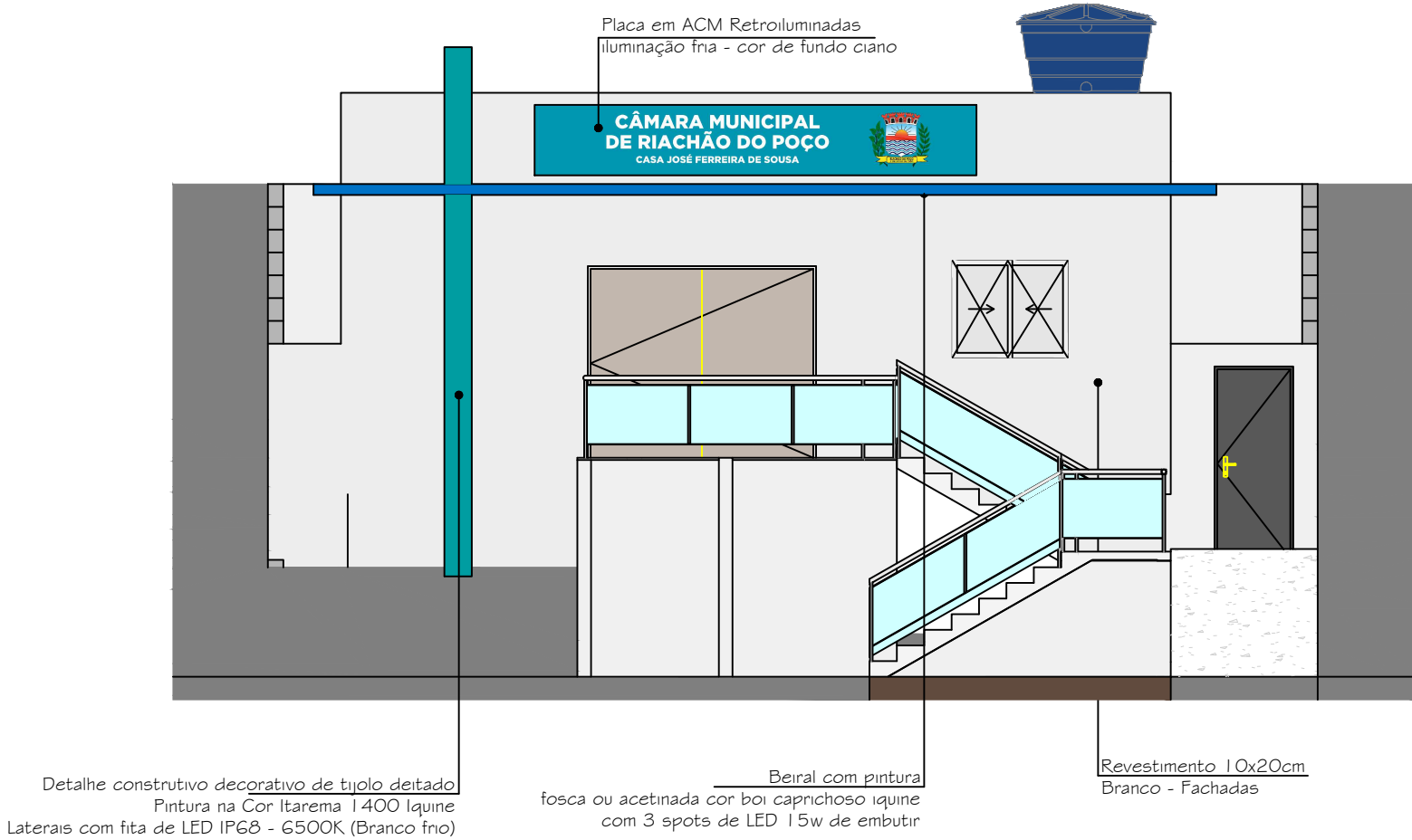
CORTE A

ESCALA: 1/75



CORTE B

ESCALA: 1/75



VISTA NORTE

ESCALA: 1/75



QUANTITATIVO DE JANELAS					
CÓD	QT	COMP.	ALT.	DESCRIÇÃO	
J01	11	1,20	1,00	Janela de correr em alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
J02	03	0,60	0,60	Janela de correr em alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
J03	01	2,50	0,60	Janela boca de lobo alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
QUANTITATIVO DE PORTAS					
CÓD	QT	COMP.	ALT.	DESCRIÇÃO	
P01	01	2,50	2,10	Porta de correr 4 painéis - perfil de alumínio e vidro temperado	
P02	01	6,10	2,75	Porta de correr de 4 painéis (3 fixos, 1 móvel largura 0,90m) - perfil de alumínio e vidro temperado	
P03	05	0,90	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P04	02	0,80	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P05	02	0,70	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P06	01	0,90	2,10	Porta de alumínio	

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO


INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2

	PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
	PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
	PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2
	PROJETO:	EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
	LOCAL:	RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
	PROPRIETÁRIO:	7°08'49.2"S 35°15'55.8"W
	OBRA:	REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.
ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	
FOLHA:	DESENHO: CORTES PERSPECTIVAS FACHADA FRONTAL	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS

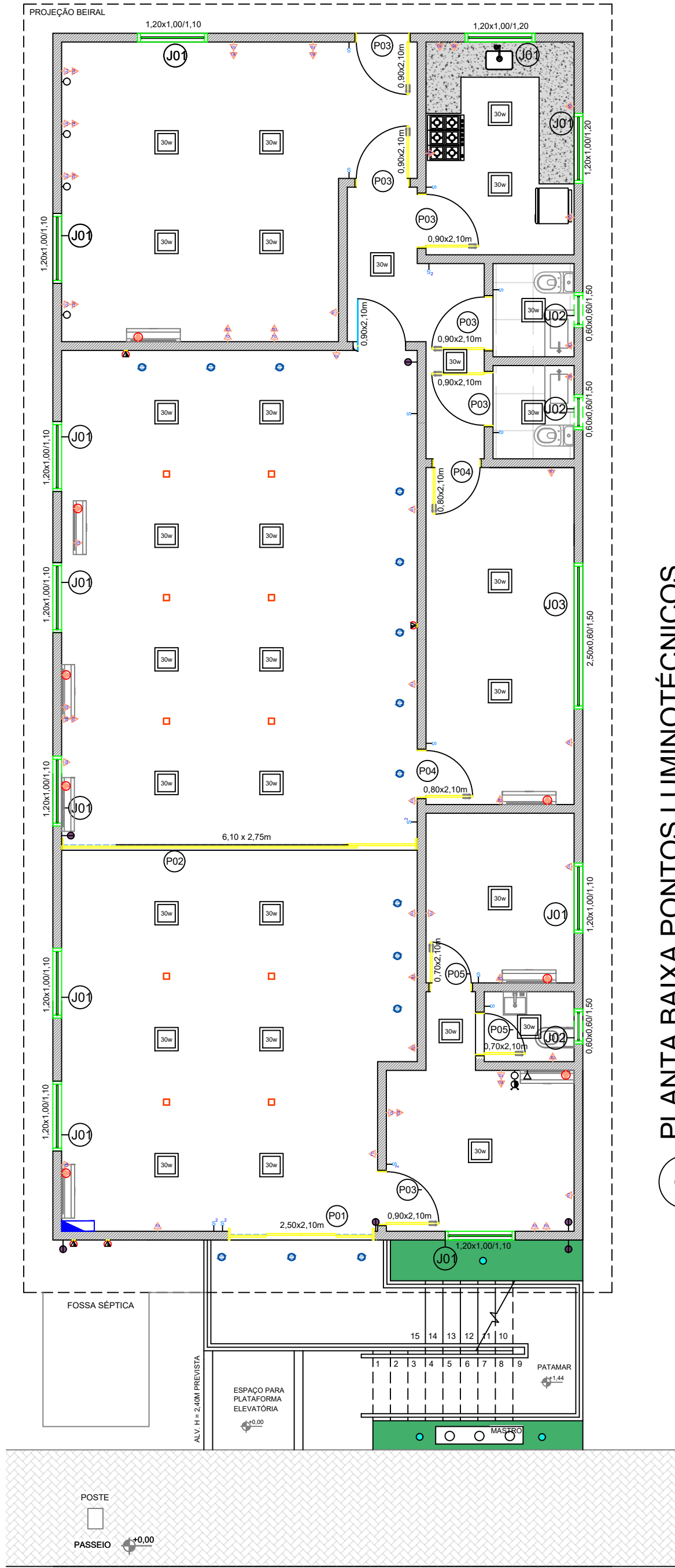
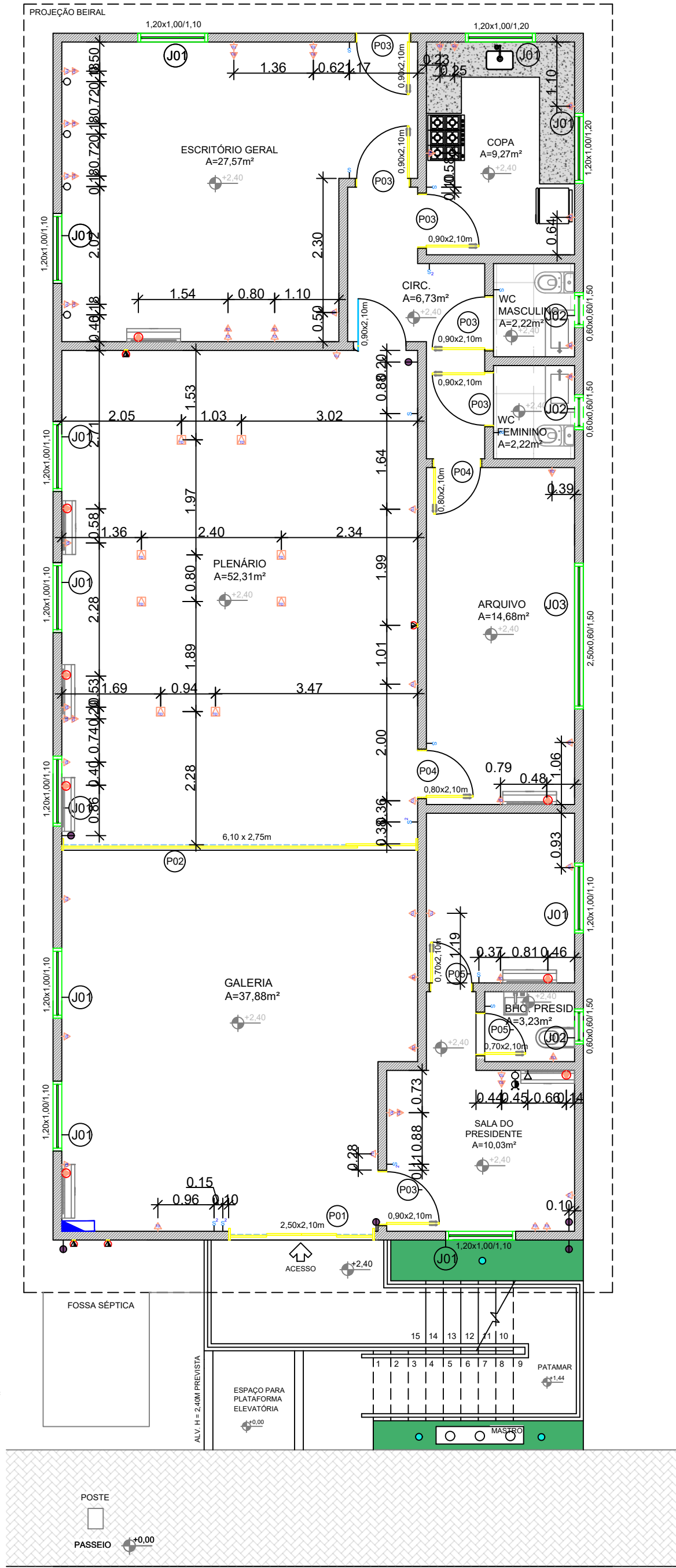
03/05

1 PLANTA BAIXA PONTOS ELÉTRICOS

ESCALA 1:75

1

Legenda pontos elétricos	Quantidade
Tomada dupla taxa - h=0,30m	29
Tomada dupla média - h=1,10m	22
Tomada alta AR, 20A - h=2,10m	9
Ar condicionado - split	9
Tomada dupla no piso	6
PONTO PARA VDI - h=0,30m	5
Interruptor 2 seções - h=1,10m	5
Interruptor simples - h=1,10m	6
Ponto de câmera	6
Ponto para PITA LED	2
Ponto de som (caixa no teto)	3
Ponto de som (caixa no teto)	1
Quadro de distribuição h=1,30m	1



2 PLANTA BAIXA PONTOS LUMINOTÉCNICOS

ESCALA 1:75

2

Legenda luminotécnica	Quantidade
Ponto de tomada para ponto quadrado sobrepor 30w - 40x40cm	30
SPOT LED 1 Sw Branco quente	15
Ponto para PITA LED	4
Caixa de som no forro	10

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2



PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

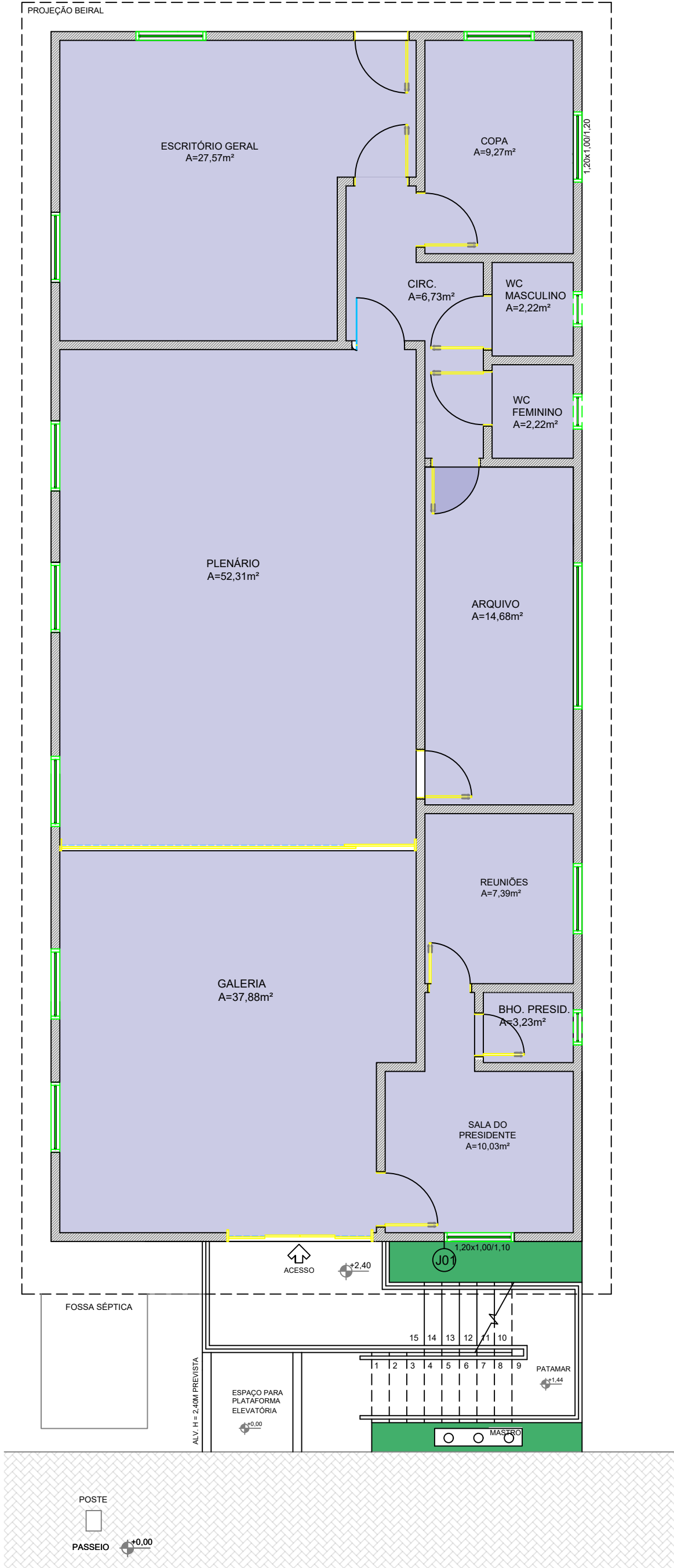
ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	

FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
	P. BAIXA PONTOS ELÉTRICOS	
	P. BAIXA PONTOS LUMINOTÉC.	

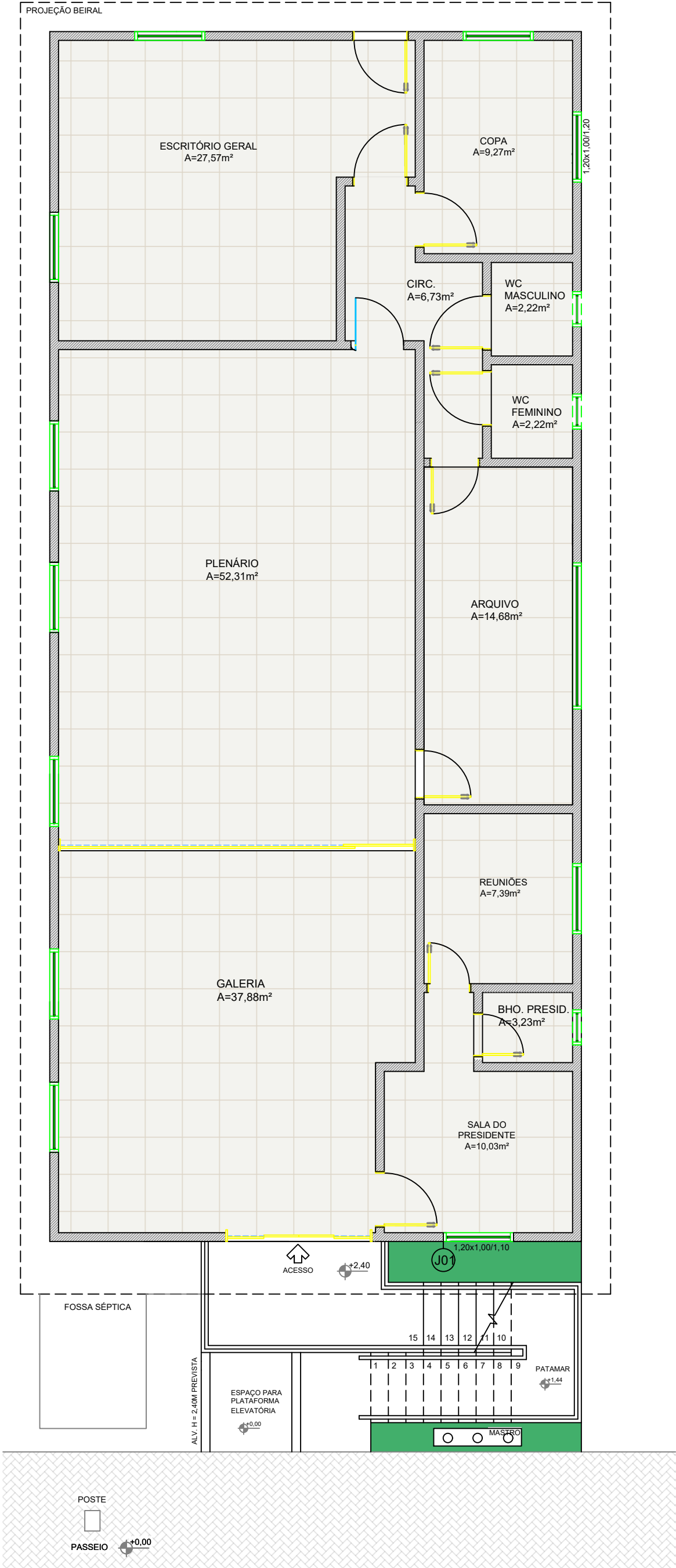
PLANTA BAIXA FORRO

ESCALA 1:75

1



FORRO DE GESSO LISO COMUM - PLACAS DE GESSO
Área total - 173,53m² Área + 15% - 199,56m²



REVESTIMENTO PISO INTERNO BRANCO GORGOM
Área total - 173,53m²
REVESTIMENTO PAREDE (BHOS E COZINHA)
Área total - 69,04m²
REVESTIMENTO FACHADAS EXTERNAS 10x20CM BRANCO
Área total - 236,64m²

PLANTA BAIXA PAGINAÇÃO DE PISO

ESCALA 1:75

2

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2



PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	

FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
05/05	P. BAIXA FORRO P. BAIXA PAG. DE PISO	

REFORMA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO/PB

SEDE CASA JOSÉ FERREIRA DE SOUSA
MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO POÇO

Apresentada por Fernanda Alves Lima, Engenheira Civil e Maria Janniny Gomes, Arquiteta e Urbanista





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
SETOR DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA**

Riachão do Poço, 29 de fevereiro de 2024.

MEMORIAL JUSTIFICATIVO


O objeto do presente documento se trata de um projeto arquitetônico a nível legal, de reforma da câmara municipal de Riachão do Poço – PB. O local já havia passado pela etapa 01 de reforma anteriormente, estando então, em fase cinza de obra, com infraestrutura e superestrutura realizada, bem como alguns trechos de chapisco e emboço. O local necessita, então, do prosseguimento da obra com os itens faltantes a serem executados.


Logo, o presente projeto arquitetônico a nível legal contempla as built com o que foi executado e acordado in loco por parte do responsável vigente pela presidência da câmara com a empresa executora, alterando, assim, o anterior projeto. Portanto, o projeto em questão foi realizado diante de levantamento no local com as novas alterações e adições no layout, levando em conta também a mudança frontal do acesso à edificação, no que se diz respeito a circulação vertical.

A fachada foi alterada de modo a contemplar não só a estética mas a funcionalidade, houve a inserção de uma circulação vertical (escada) obedecendo a NBR 9050/2020, ficando em formato “U” a vencer a altura de 2,40m com o piso do térreo. Por conta da insuficiência de espaço para ser implantada uma rampa acessível, foi previsto como solução desse problema, a implantação de uma plataforma elevatória posteriormente para o uso de pessoas com mobilidade reduzida.

Internamente, o layout sofreu algumas alterações para melhor disposição dos ambientes diante das novas solicitações, bem como a inserção da estrutura de laje no projeto, além do aumento a sul e a leste da edificação.

Portanto, apresento o projeto arquitetônico de reforma a seguir.

		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO															
TIPO OBRA:		Reforma															
OBRA:		Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara Municipal de Riachão do Poço/PB															
LOCALIDADE:		Rua João Ferreira Alves, sn, centro															
PROPRIETÁRIO:		Câmara Municipal de Riachão do Poço															
BASE:		ORSE e SINAPI/PB Desonerado - Dezembro 2023															
DATA DE ABERTURA:		26/02/2024															
Item		Total Por Etapa	Porcetagem	30 DIAS		30 DIAS		30 DIAS		30 DIAS		30 DIAS		30 DIAS		30 DIAS	
1	SERVIÇOS INICIAS	583,48	0%	583,48	100%												
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADA	9.873,26	5%	9.873,26	100%												
3	INFRAESTRUTURA	2.336,84	1%			2.336,84	100%										
4	SUPERESTRUTURA	9.089,24	5%	5.453,54	60%			3.635,70	40%								
5	VEDAÇÃO	125,60	0%			125,60	100%										
6	ESQUADRIA	15.186,03	8%			15.186,03	100%										
7	COBERTURA	17.601,26	9%									8.800,63	50%	8.800,63	50%		
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	18.452,51	10%							3.690,50	20%	14.762,01	80%				
9	INSTALAÇÕES HIDRAÚLICAS	3.601,64	2%					3.601,64	100%								
10	REVESTIMENTOS	88.549,49	46%					44.274,74	50%	44.274,74	50%						
11	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.070,95	1%							2.070,95	100%						
12	PINTURA	13.814,68	7%									13.814,68	100%				
13	LOUÇAS E METAIS	10.084,24	5%											8.067,39	80%	2.016,85	20%
14	SERVIÇOS FINAIS	413,81	0%													413,81	100%
ACUMULADO		191.783,02	100%	15.910,28	8%	R\$ 21.284,15	11%	R\$ 47.876,39	25%	R\$ 50.036,20	26%	R\$ 37.377,32	19%	R\$ 16.868,02	9%	R\$ 2.430,66	1%


PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
TIPO OBRA:		Reforma						
OBRA:		Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara Municipal de Riachão do						
LOCALIDADE:		Rua João Ferreira Alves, sn, centro						
PROPRIETÁRIO:		Câmara Municipal de Riachão do Poço				BDI (%): 10		
BASE:		ORSE e SINAPI/PB Desonerado - Dezembro 2023				Encargos Sociais (%): XX		
DATA DE ABERTURA:		26/02/2024				BDI Equipamento (%): XX		
ITEM	BASE DE REFERENCIA	CÓDIGO	ETAPAS	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL	TOTAL COM BD
01	SERVIÇOS INICIAS						530,43	583,48
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	m²	1,70	312,02	530,43	583,48
02	DEMOLIÇÕES E RETIRADA						8.975,69	9.873,26
2.1	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	7,56	45,67	345,27	379,79
2.2	SINAPI	97633	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m²	139,20	18,34	2.553,00	2.808,30
2.3	SINAPI	104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	35,69	160,74	5.736,81	6.310,49
2.4	SINAPI	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	1,26	7,67	9,66	10,63
2.5	SINAPI	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	und	1,00	10,11	10,11	11,12
2.6	ORSE	02095	REMOÇÃO DE VASO SANITÁRIO	und	1,00	12,11	12,11	13,32
2.7	ORSE	04268	REMOÇÃO DE ÁRVORE, PORTE MÉDIO, COM UTILIZAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA	und	3,00	102,91	308,73	339,60
03	INFRAESTRUTURA						2.124,40	2.336,84
3.1	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	29,72	71,49	2.124,40	2.336,84
04	SUPERESTRUTURA						8.262,95	9.089,24
4.1	SINAPI	102074	ESCADA EM CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO, FCK 25 MPA, COM 2 LANCES EM U E LAJE PLANA, FÔRMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. AF_11/2020_PA	m³	1,47	4102,67	6.039,13	6.643,04
4.2	SINAPI	89282	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS CERÂMICOS 14X19X39, (ESPESSURA DE 14 CM), UTILIZANDO PALHETA E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_03/2023	m²	36,60	60,76	2.223,82	2.446,20
05	VEDAÇÃO						114,18	125,60
5.1	SINAPI	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	1,53	74,48	114,18	125,60
06	ESQUADRIAS						13.805,48	15.186,03
6.1	SINAPI	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	1,50	335,78	503,67	554,04
6.2	SINAPI	100674	JANELA FIXA DE ALUMÍNIO PARA VIDRO, COM VIDRO, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. A F_12/2019	m²	1,50	691,42	1.037,13	1.140,84
6.3	SINAPI	91313	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 70X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	und	2,00	747,50	1.495,00	1.644,50
6.4	SINAPI	91314	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	und	2,00	785,62	1.571,24	1.728,36
6.5	SINAPI	91315	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	und	6,00	867,36	5.204,16	5.724,58
6.6	SINAPI	100702	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	m²	4,00	451,92	1.807,68	1.988,45
6.7	SINAPI	102182	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 90X210 CM, ESPESSURA 10 MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	m²	1,89	1156,93	2.186,60	2.405,26
07	COBERTURA						16.001,14	17.601,26
7.1	SINAPI	92543	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	163,92	18,55	3.040,72	3.344,79

7.2	SINAPI	94210	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	163,92	58,60	9.605,71	10.566,28
7.3	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, M AS 61,69 INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m	20,40	61,69	1258,48	1.384,32
7.4	SINAPI	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m	39,86	52,59	2096,24	2.305,86
08	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						16.775,01	18.452,51
8.1	ORSE	13947	LUMINÁRIA PLAFON (SOBREPOR) 40 x 40 - 36 W - 6000K - G-LIGHT OU SIMILAR	und	32,00	152,45	4.878,40	5.366,24
8.2	SINAPI	97594	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES DE 15 WA, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	und	15,00	136,71	2.050,65	2.255,72
8.3	ORSE	11129	LUMINÁRIA TIPO ESPETO PARA JARDIM COM LÂMPADA LED 3W	und	3,00	28,90	86,70	95,37
8.4	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	und	9,00	39,00	351,00	386,10
8.5	SINAPI	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLA UN CR 26,74 CA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	und	22,00	31,19	686,18	754,80
8.6	SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	und	29,00	26,15	758,35	834,19
8.7	SINAPI	91957	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10 A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	und	8,00	43,34	346,72	381,39
8.9	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	und	5,00	38,04	190,20	209,22
8.10	SINAPI	104476	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	und	13,00	155,23	2.017,99	2.219,79
8.11	ORSE	03292	PONTO DE TOMADA 3P PARA AR CONDICIONADO ATÉ 3000 VA, COM ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO EMBUTIDO Ø 3/4", INCLUINDO CONJUNTO ASTOP/30A-220V, INCLUSIVE ATERRAMENTO	und	9,00	295,11	2.655,99	2.921,59
8.12	ORSE	03296	PONTO DE TOMADA 2P+T, ABNT, 10 A, DE USO GERAL, EM PISOS, COM ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO EMBUTIDO, INCLUSIVE ATERRAMENTO	und	8,00	297,50	2.380,00	2.618,00
8.13	SINAPI	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/202	und	1,00	372,83	372,83	410,11
09	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						3.274,22	3.601,64
9.1	INSTALAÇÃO DE ÁGUA FRIA						1.739,96	1.913,95
9.1.1	SINAPI	89957	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. AF_12/2014	und	12,65	113,46	1.435,27	1.578,80
9.1.2	SINAPI	89972	KIT DE REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ¾", INCLUSIVE CONEXÕES, ROSCÁVEL, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA FRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	und	4,60	51,01	234,65	258,11
9.1.3	SINAPI	89709	RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	und	4,00	17,51	70,04	77,04
9.2	INSTALAÇÃO DE ESGOTO						1.534,27	1.687,69
9.2.1	SINAPI	98102	CAIXA DE GORDURA SIMPLES, CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,4 M. AF_12/2020	und	1,00	170,75	170,75	187,83
9.2.2	SINAPI	97901	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	und	1,00	249,05	249,05	273,96
9.2.3	ORSE	01679	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 40 MM (LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS, RALOS SIFONADOS, ETC...)	und	6,90	72,01	496,87	546,56
9.2.4	ORSE	01678	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 50 MM (PIAS DE COZINHA, MÁQUINAS DE LAVAR, ETC...)	und	2,30	113,21	260,38	286,42
9.2.5	ORSE	01683	PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE Ø 100 MM (VASO SANITÁRIO)	pt	3,45	103,54	357,21	392,93
10	REVESTIMENTOS						80.499,53	88.549,49
10.1	PISO						30.705,19	33.775,70
10.1.1	SINAPI	94438	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIM E AREIA), EM BETONEIRA 400 L, ESPESSURA 3 CM ÁREAS SECAS E 3 CM ÁREAS MOLHADAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	m²	231,74	38,48	8.917,22	9.808,94

10.1.2	SINAPI	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMATADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M. AF_02/2023_PE	m²	199,56	83,30	16.623,31	18.285,64
10.1.3	ORSE	08928	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO OU PAREDE, 50 X 50 CM, ANTIDERRAPANTE (PORCELANATO), ELIZABETH OU SIMILAR, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-III, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO	m²	20,73	71,87	1.490,19	1.639,21
10.1.4	ORSE	10042	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 42MM, ALTA DURABILIDADE, COR VERDE, PROTEÇÃO RAIOS UV E LUZ SOLAR, INCLUSO COLA, TYPE, AREIA TRATADA, BORRACHA E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA	m³	20,61	61,90	1.275,64	1.403,20
10.1.5	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	3,44	697,64	2.398,84	2.638,72
10.2	PAREDES						37.225,57	40.948,13
10.2.1	SINAPI	87377	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	m³	1,13	596,10	672,58	739,84
10.2.2	SINAPI	87286	ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	m³	7,82	524,05	4.096,14	4.505,76
10.2.3	SINAPI	104611	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMATADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	89,04	85,52	7.614,70	8.376,17
10.2.4	ORSE	13254	CERÂMICA 10X20 CM, BRILHANTE, ELEIANE, LINHA METRÔ WHITE OU SIMILAR	m²	236,84	104,89	24.842,15	27.326,36
10.3	FORRO						12.568,78	13.825,66
10.3.1	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	m²	173,53	39,47	6.849,23	7.534,15
10.3.2	SINAPI	88494	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE, COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE MASSA CORRIDA - R1	m²	173,53	16,71	2.899,69	3.189,65
10.3.3	SINAPI	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	173,53	4,32	749,65	824,61
10.3.4	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	173,53	11,93	2.070,21	2.277,23
11	IMPERMEABILIZAÇÃO						1.882,69	2.070,95
11.1	SINAPI	98562	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 1,5CM. AF_03/2023	m²	44,73	42,09	1.882,69	2.070,95
12	PINTURA						12.558,80	13.814,68
12.1	SINAPI	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	333,39	3,57	1.190,20	1.309,22
12.2	SINAPI	96135	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	m²	333,39	24,01	8.004,69	8.805,16
12.3	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	333,39	10,09	3.363,91	3.700,30
13	LOUÇAS E METAIS						9.167,49	10.084,24
13.1	SINAPI	100849	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	und	3,00	40,94	122,82	135,10
13.2	SINAPI	103018	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/4", ACABAMENTO METALICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	und	3,00	354,07	1.062,21	1.168,43
13.3	SINAPI	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	3,00	289,05	867,15	953,87
13.4	SINAPI	86895	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 0,50 X 0,60 M, PARA LAVATÓRIO -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	3,00	309,93	929,79	1.022,77
13.5	SINAPI	86889	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	1,00	644,97	644,97	709,47
13.6	SINAPI	86937	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	3,00	213,09	639,27	703,20
13.7	SINAPI	86935	CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	1,00	303,33	303,33	333,66
13.8	SINAPI	86915	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	3,00	149,16	447,48	492,23
13.9	SINAPI	86911	TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	und	1,00	90,74	90,74	99,81
13.10	ORSE	08613	CORRIMÃO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO (ALTURA = 0,92 M), COM BARRAS VERTICAIS A CADA 2.00M (1 1/2"), BARRA HORIZONTAL INTERMEDIÁRIA (1 1/4") E BARRA HORIZONTAL SUPERIOR (1 1/4")	m	17,23	235,62	4.059,73	4.465,71
14	SERVIÇOS FINAIS						376,20	413,81
14.1	SINAPI	99803	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	m²	173,53	1,67	289,80	318,77

14.2	SINAPI	100982	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	10,00	8,64	86,40	95,04
							174.348,20	191.783,02
BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) 10%							SEM BDI	COM BDI
VALOR TOTAL DA OBRA R\$								
CENTO E NOVENTA E UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E DOIS CENTAVOS								

Documento assinado digitalmente

 **FERNANDA ALVES LIMA**
Data: 06/03/2024 15:08:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



MEMÓRIA DE CÁLCULO

TIPO OBRA:	Reforma
OBRA:	Reforma com ampliação etapa 02 da Câmara Municipal de Riachão do Poço/PB
LOCALIDADE:	Rua João Ferreira Alves, sn, centro
PROPRIETÁRIO:	Câmara Municipal de Riachão do Poço
BASE:	ORSE e SINAPI/PB Desonerado - Dezembro 2023
DATA DE ABERTURA:	26/02/2024

01 SERVIÇOS INICIAIS

	comprimento (m)		altura(m)		
placa de obra	1,70	x	1,00	=	1,70 m ²
TOTAL =					1,70 m ²

02 DEMOLIÇÕES E RETIRADA

	comprimento (m)		largura(m)		quantidade
alvenaria porta	1,00	x	2,10	=	2,10 m ²
alvenaria porta	0,80	x	2,10	=	1,68 m ²
janela	0,60	x	0,60	x	3,00 = 1,08 m ²
janela	2,50	x	0,60	=	1,50 m ²
janela	1,20	x	1,00	=	1,20 m ²
TOTAL =					7,56 m ²

	comprimento (m)		altura (m)		
revestimento cerâmico parede	19,58	x	1,80	=	35,24 m ²

	área (m)		
revestimento cerâmico piso	103,96	=	103,96 m²
		TOTAL =	139,20 m²

	volume		
escada + rampa	28,84	=	28,84 m³
calçada	0,55	=	0,55 m³
calçada	6,30	=	6,30 m³
TOTAL =			35,69 m³

	comprimento (m)		altura (m)		
porta	0,60	x	2,10	=	1,26 m ²
TOTAL =					1,26 m ²

	Quantidade		
louças	1,00	=	1,00 und
		TOTAL =	1.00 und

	Quantidade		
vaso sanitário	1,00	=	1,00 und
		TOTAL =	1.00 und

	Quantidade		
vaso sanitário	3,00	=	3,00 und

						TOTAL =	3,00 und	
03 INFRAESTRUTURA								
volume								
aterro	25,84					=	25,84 m³	
						TOTAL =	29,72 m³	
04 SUPERESTRUTURA								
volume								
escada	1,28					=	1,28 m³	
						TOTAL =	1,47 m³	
		comprimento (m)		altura (m)				
alvenaria estrutural	18,30	x	2,00			=	36,60 m²	
						TOTAL =	36,60 m²	
05 VEDAÇÃO								
		comprimento (m)		altura (m)				
alvenaria	0,73	x	2,10			=	1,53 m²	
						TOTAL =	1,53 m²	
06 ESQUADRIAS								
		comprimento (m)		altura(m)		quantidade		
Janelas	1,20	x	1,00	x	11	=	13,20 m²	
janelas wc	0,60	x	0,60	x	3	=	1,08 m²	
						TOTAL =	14,28 m²	
janelas fixa	2,50	x	0,60	x	1	=	1,50 m²	
						TOTAL =	1,50 m²	
Porta 70cm madeira Normal semioca						2	=	2,00 und
						TOTAL =	2,00 und	
Porta 80cm madeira Normal semioca						2	=	2,00 und
						TOTAL =	2,00 und	
Porta 90cm madeira Normal semioca						6	=	6,00 und
						TOTAL =	6,00 und	
Porta de vidro	6,10	x	2,75	x	1	=	1,00 m²	
						TOTAL =	4,00 m²	
Porta pivotante	0,90	x	2,10			=	1,89 m²	
						TOTAL =	1,89 m²	
07 COBERTURA								
área								
trama	163,92					=	163,92 m²	
						TOTAL =	163,92 m²	

telha fibrocimento 6mm	comprimento (m)		
	163,92	=	163,92 m²
		TOTAL =	163,92 m²
calha	comprimento (m)		
	20,40	=	20,40 m
		TOTAL =	20,40 m
rufo	comprimento (m)		
	39,86	=	39,86 m
		TOTAL =	39,86 m
<u>08 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</u>			
plafon sobrepor	Quantidade		
	32,00	=	32,00 und
		TOTAL =	32,00 und
spot	Quantidade		
	15,00	=	15,00 und
		TOTAL =	15,00 und
luminaria espeto jardim	Quantidade		
	3,00	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
tomada alta	Quantidade		
	9,00	=	9,00 und
		TOTAL =	9,00 und
tomada média	Quantidade		
	22,00	=	22,00 und
		TOTAL =	22,00 und
tomada baixa	Quantidade		
	29,00	=	29,00 und
		TOTAL =	29,00 und
interruptor simples	Quantidade		
	8,00	=	8,00 und
		TOTAL =	8,00 und
interruptor dupla	Quantidade		
	5,00	=	5,00 und
		TOTAL =	5,00 und
vdi	Quantidade		
	5,00	=	5,00 und
ponto de camera	Quantidade		
	6,00	=	6,00 und
fita led	Quantidade		
	2,00	=	2,00 und
		TOTAL =	13,00 und
tomada ar condicionado	Quantidade		
	9,00	=	9,00 und
		TOTAL =	9,00 und
tomada dupla piso	Quantidade		
	8,00	=	8,00 und
		TOTAL =	8,00 und
quadro distribuição	Quantidade		
	1,00	=	1,00 und

		TOTAL =	1,00 und
09 INSTALAÇÕES HIDRAÚLICAS			
9.1 INSTALAÇÃO DE ÁGUA FRIA			
	und		
ponto	11,00	=	11,00 und
		TOTAL =	12,65 und
	und		
registro de gaveta	4,00	=	4,00 und
		TOTAL =	4,60 und
	und		
ralo sinfonado	4,00	=	4,00 m²
		TOTAL =	4,00 m²
9.2 INSTALAÇÃO DE ESGOTO			
	und		
caixa d'gordura	1,00	=	1,00 und
		TOTAL =	1,00 und
	und		
caixa enterrada	1,00	=	1,00 und
		TOTAL =	1,00 und
	und		
ponto lavatorio	6,00	=	6,00 m²
		TOTAL =	6,90 m²
	und		
ponto copa	2,00	=	2,00 und
		TOTAL =	2,30 und
	und		
ponto sanitário	3,00	=	3,00 und
		TOTAL =	3,45 und
10 REVESTIMENTO			
10.1 PISO			
	Área (m²)		
contrapiso interno	173,53	=	173,53 m²
externo laterais	27,98	=	27,98 m²
		=	201,51 m²
		CONSIDERADO 15%	TOTAL = 231,74 m²
	Área (m²)		
porcelanato	173,53	=	173,53 m²
		CONSIDERADO 15%	TOTAL = 199,56 m²
	Área (m²)		
piso externo	18,03	=	18,03 m²
		CONSIDERADO 15%	TOTAL = 20,73 m²
	Área (m²)		
grama sintética	17,92	=	17,92 m²
		CONSIDERADO 15%	TOTAL = 20,61 m²
	Área (m²)	Espessura (m)	
calçada			

	23,00	x	0,13	=	2,99 m ³
				CONSIDERADO 15%	TOTAL = 3,44 m³
10.2 PAREDE					
	Área (m²)		Espessura (m)		
chapisco					
beiral	16,05	x	0,015	=	0,24 m ³
parede interna	16,56	x	0,015	=	0,25 m ³
					0,49
				CONSIDERADO 15%	TOTAL = 1,13 m³
	Área (m²)		Espessura (m)		
massa única					
	226,56		0,03	=	6,80 m ³
				=	6,80 m ³
				CONSIDERADO 15%	TOTAL = 7,82 m³
	comprimento (m)		altura (m)		
cerâmica					
copa	12,24	x	3,00	=	36,72 m ²
wc fem e mas	11,96	x	3,00	=	35,88 m ²
wc diretor	5,48	x	3,00	=	16,44 m ²
				TOTAL =	89,04 m²
	Área (m²)				
cerâmica 10X20 externo					
	236,84			=	236,84 m ²
				TOTAL =	236,84 m²
10.3 FORRO					
	Área (m²)				
placas gesso					
	173,53			=	173,53 m ²
				TOTAL =	173,53 m²
	Área (m²)				
emassamento					
	173,53			=	173,53 m ²
				TOTAL =	173,53 m²
	Área (m²)				
selador					
	173,53			=	173,53 m ²
				TOTAL =	173,53 m²
	Área (m²)				
pintura					
	173,53			=	173,53 m ²
				TOTAL =	173,53 m²
11 IMPERMEABILIZAÇÃO					
	Comprimento (m)		Altura (m)		
wc diretor					
	5,48	x	1,50	=	8,22 m ²
	Comprimento (m)		Altura (m)		
wc fem e masc					
	11,96	x	1,50	=	17,94 m ²
	Comprimento (m)		Altura (m)		
copa					
	12,38	x	1,50	=	18,57 m ²
				TOTAL =	44,73 m²

12 PINTURA


selador	Comprimento (m)		Altura (m)		
	111,13	x	3,00	=	333,39 m²
	TOTAL =				333,39 m²
massa acrílica	Comprimento (m)		Altura (m)		
	111,13	x	3,00	=	333,39 m²
	TOTAL =				333,39 m²
pintura	Comprimento (m)		Altura (m)		
	111,13	x	3,00	=	333,39 m²
	TOTAL =				333,39 m²

13 LOUÇAS E METAIS

RECORTE DE MATERIAL			
assento	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
valvula descarga	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
sanitário	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
bancada lavatório	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
bacada copa	Und		
	1	=	1,00 und
		TOTAL =	1,00 und
cuba oval	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
cuba de aço	Und		
	1	=	1,00 und
		TOTAL =	1,00 und
torneira lavatório	Und		
	3	=	3,00 und
		TOTAL =	3,00 und
torneira copa	Und		
	1	=	1,00 und
		TOTAL =	1,00 und
corrimão	comprimento (m)		
	17	=	17,23 m
		TOTAL =	17,23 m

14 SERVIÇOS FINAIS

	Área (m²)		
limpeza	174	=	173,53 m²
		TOTAL =	173,53 m²
	Área (m³)		
caçamba	10,00	=	10,00 m³
		TOTAL =	10,00 m³

 Documento assinado digitalmente

FERNANDA ALVES LIMA

Data: 06/03/2024 15:08:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MARIA JANNINY DE VASCONCELOS GOMES
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 098.XXX.XXX-33
Nº do Registro: 00A2987562

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14078759I00CT001
Data de Cadastro: 14/03/2024
Data de Registro: 15/03/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$119,61 Boleto nº 19976301 Pago em: 14/03/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Câmara Municipal de Riachão do Poço
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-99
Data de Início: 14/02/2024
Data de Previsão de Término: 14/03/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RUA
Logradouro: JOAO FERREIRA ALVES
Bairro: CENTRO

CEP: 58348000
Nº: 10
Complemento:
Cidade/UF: RIACHÃO DO POÇO/PB

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma

Quantidade: 207,45
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto arquitetônico de reforma conforme adequações solicitadas da obra em vigor no edifício público da Câmara municipal de Riachão do Poço - PB.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14078759I00CT001	Câmara Municipal de Riachão do Poço	INICIAL	14/03/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MARIA JANNINY DE VASCONCELOS GOMES, registro CAU nº 00A2987562, na data e hora: 14/03/2024 11:37:01, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20240604925

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

SUBSTITUIÇÃO à
 PB20240601282

1. Responsável Técnico

FERNANDA ALVES LIMA

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

RNP: **1620489805**

Registro: **11405362021PB**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Câmara Municipal de Riachão do Poço**

RUA João Ferreira Alves

Complemento:

Cidade: **RIACHÃO DO POÇO**

Bairro: **centro**

UF: **PB**

CPF/CNPJ: **01.638.457/0001-99**

Nº: **10**

CEP: **58348000**

Contrato: **Não especificado**

Valor: **R\$ 191.783,02**

Ação Institucional: **Órgão Público**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA João Ferreira Alves

Complemento:

Cidade: **RIACHÃO DO POÇO**

Data de Início: **19/02/2024**

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **Câmara Municipal de Riachão do Poço**

Bairro: **centro**

UF: **PB**

Previsão de término: **26/02/2024**

Código: **Não Especificado**

Nº: **10**

CEP: **58348000**

Coordenadas Geográficas: **-7.146738, -35.267028**

CPF/CNPJ: **01.638.457/0001-99**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE
 EDIFICAÇÃO > #TOS_1.1.2.1 - DE ALVENARIA

Quantidade

200,70

Unidade

m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE ORÇAMENTO REFERENTE A ETAPA 02 DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO/PB.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PB, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

Documento assinado digitalmente

7. Entidade de Classe

SENGE-PB



FERNANDA ALVES LIMA

Data: 11/03/2024 12:19:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

FERNANDA ALVES LIMA - CPF: 106.585.734-97

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

Câmara Municipal de Riachão do Poço - CNPJ: 01.638.457/0001-99

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: **11/03/2024**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: D7Ww6
 Impresso em: 11/03/2024 às 12:16:08 por: , ip: 187.19.224.42

sic.creapb.org.br

Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br

Fax:



CREA-PB
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia da Paraíba





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**

JUSTIFICATIVA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ETAPA 02

Ref: OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO/PB.

Esta obra foi dividida em duas etapas, onde a etapa 01 ocorreu entre os meses de setembro a dezembro de 2023. Ao decorrer da obra, foram realizadas e se fizeram necessárias algumas alterações no projeto e consequente a isto houve algumas atividades que estavam na etapa 02 e precisaram ser adiantadas em sua totalidade para serem realizadas na etapa 01, contudo se fez necessário também a abertura do 1º termo aditivo ao contrato nº 020/2023 para se executar e se ajustar todos os itens que não existiam e os que foram acrescidos na etapa 01.

Houve um item que não entrou em planilha, porém já foi executado e pago em sua totalidade, item de Superestrutura Laje.

Portanto, para elaborar a nova planilha orçamentária referente a etapa 02, foi realizada uma vistoria in loco (segue imagens em anexo) e contabilizado todos os itens faltantes para a conclusão da obra.

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDA ALVES LIMA
Data: 06/03/2024 15:08:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDA ALVES LIMA
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PB 162048980-5

Riachão do Poço, 29 de fevereiro de 2024.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**



RUA JOÃO FERREIRA ALVES, SN, CENTRO – 58.348-000 – RIACHÃO DO POÇO/PB
CNPJ: 01.612.366/0001 -84



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**



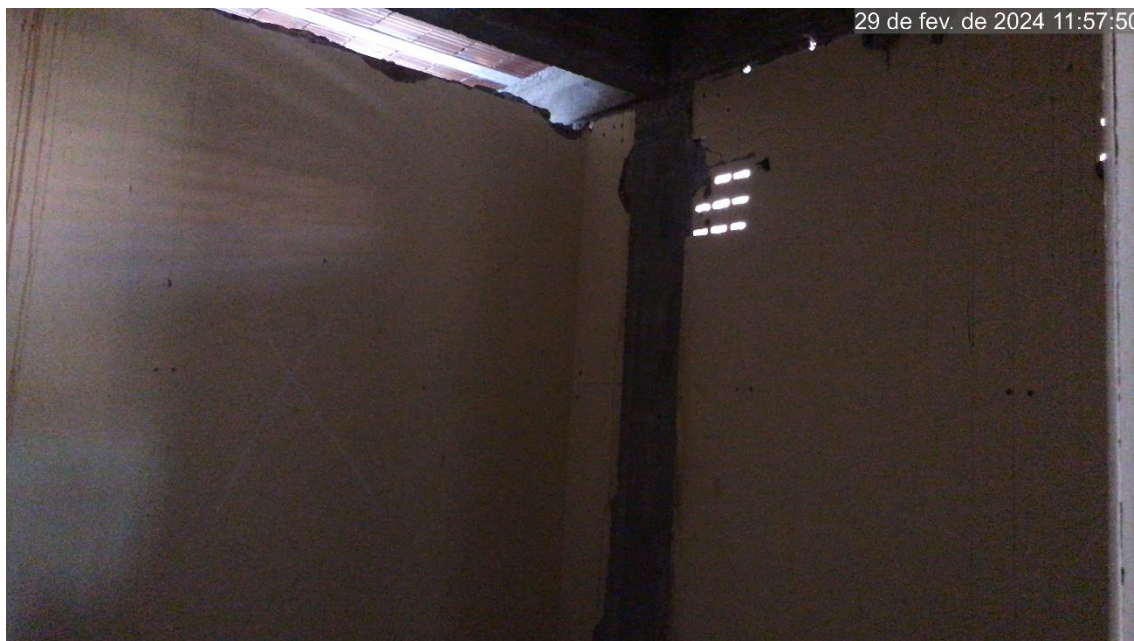


**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**



RUA JOÃO FERREIRA ALVES, SN, CENTRO – 58.348-000 – RIACHÃO DO POÇO/PB
CNPJ: 01.612.366/0001 -84



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**



RUA JOÃO FERREIRA ALVES, SN, CENTRO – 58.348-000 – RIACHÃO DO POÇO/PB
CNPJ: 01.612.366/0001 -84



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**



RUA JOÃO FERREIRA ALVES, SN, CENTRO – 58.348-000 – RIACHÃO DO POÇO/PB
CNPJ: 01.612.366/0001 -84



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**





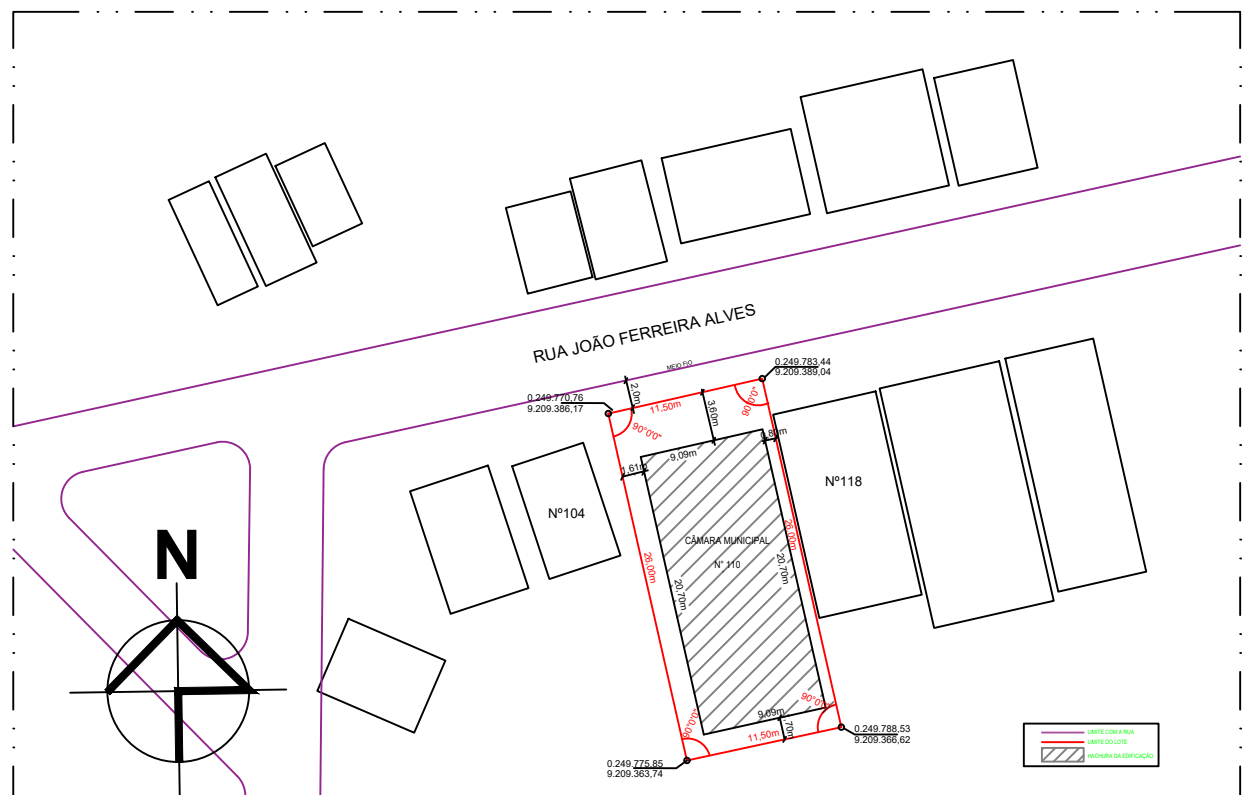
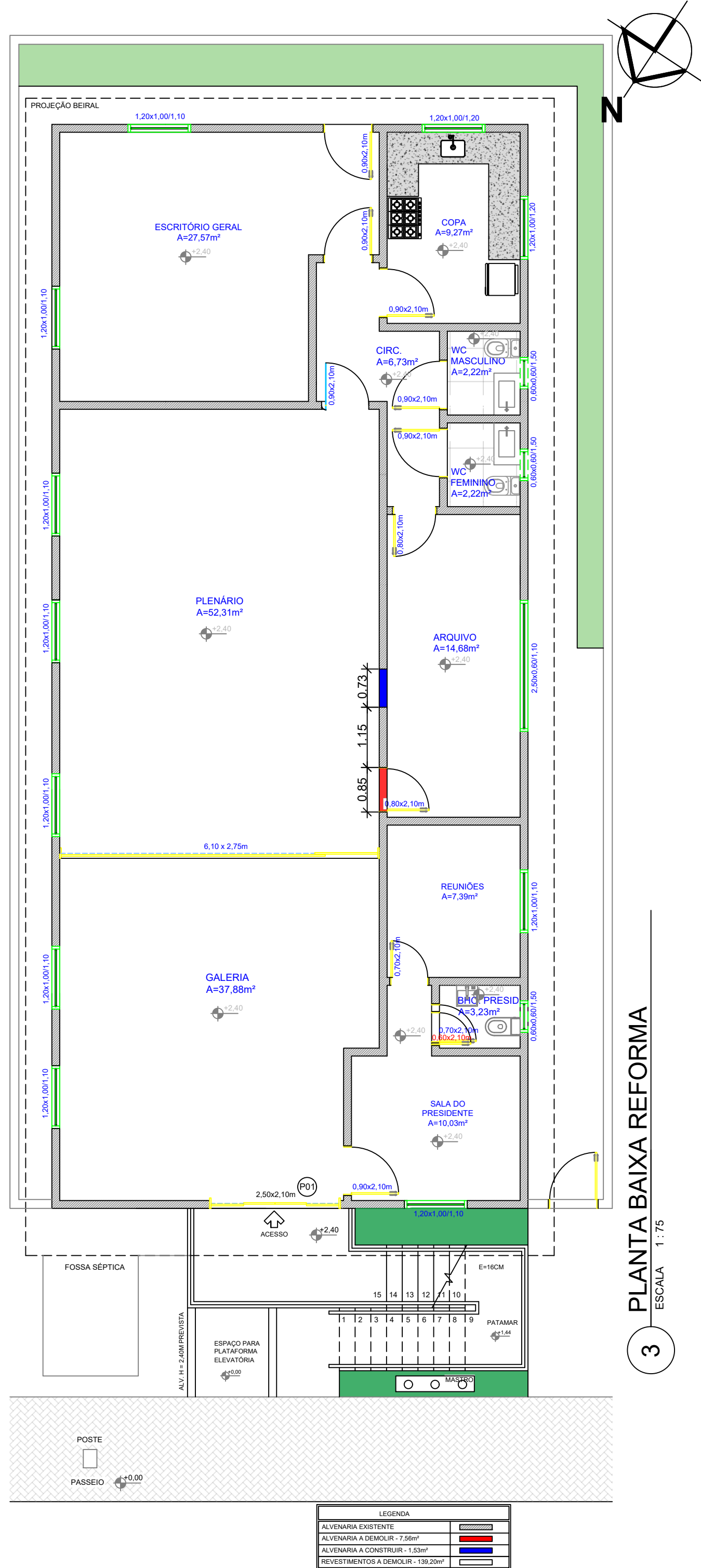
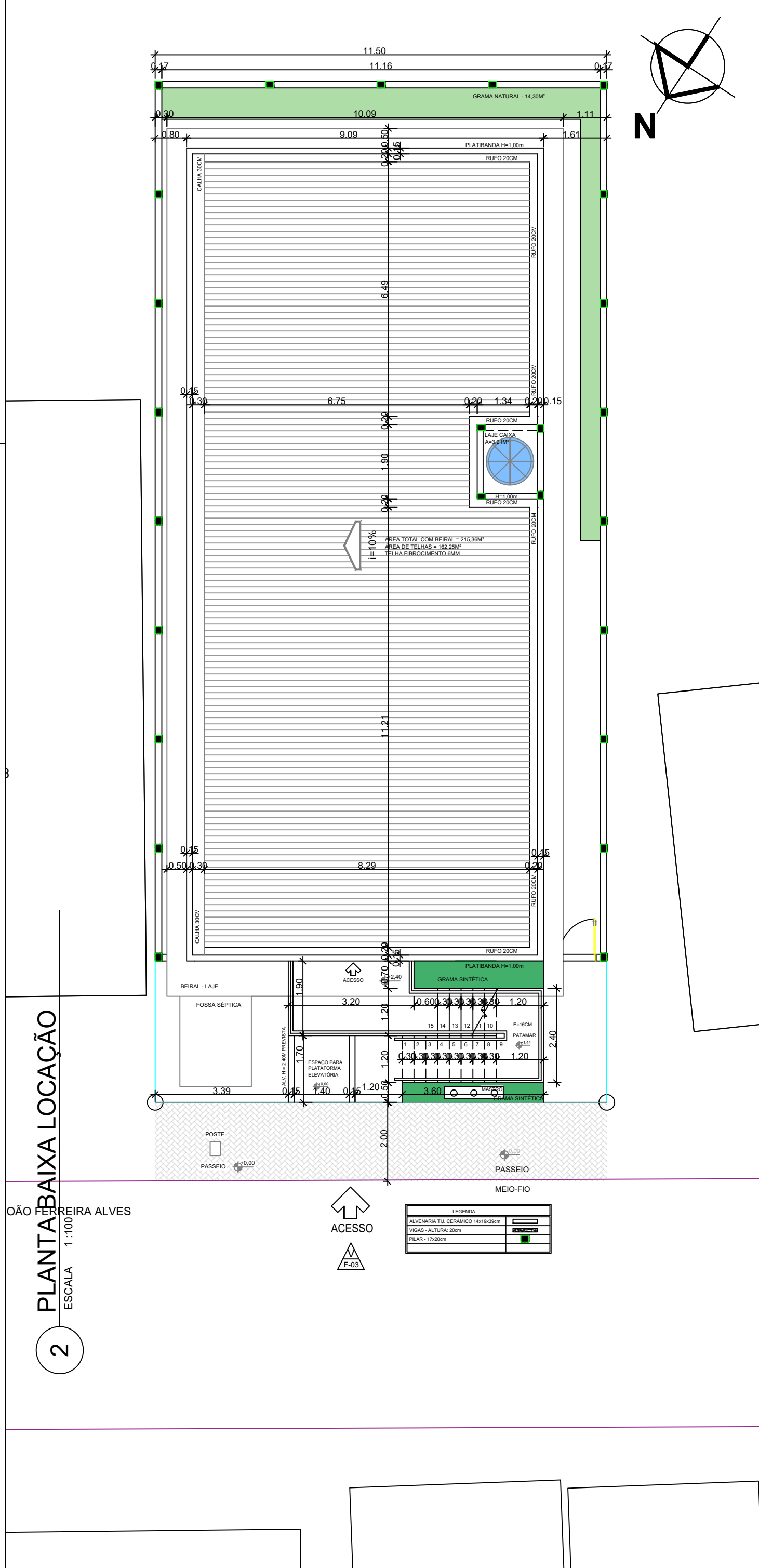
**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO**





1 PLANTA BAIXA IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1 : 550

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

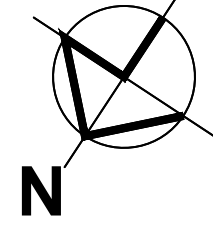
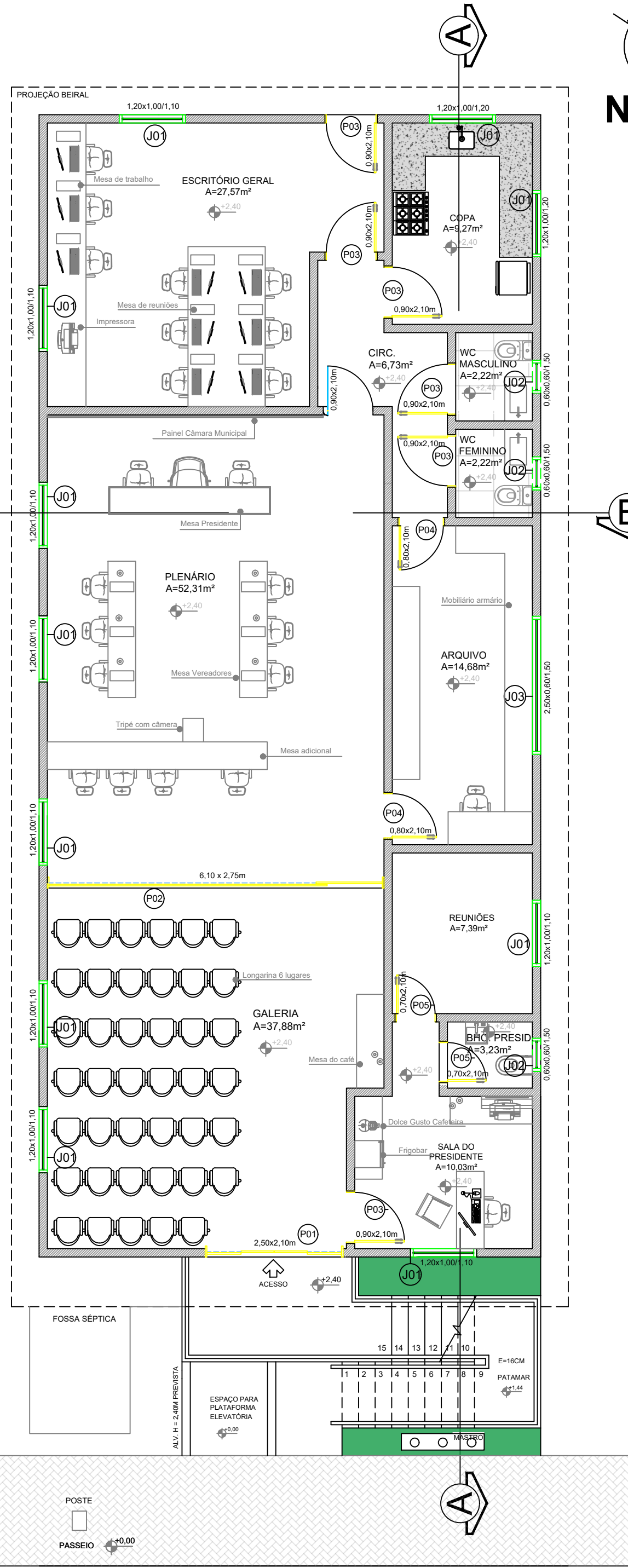
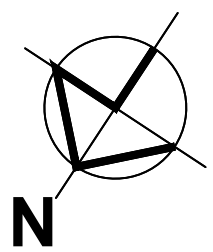
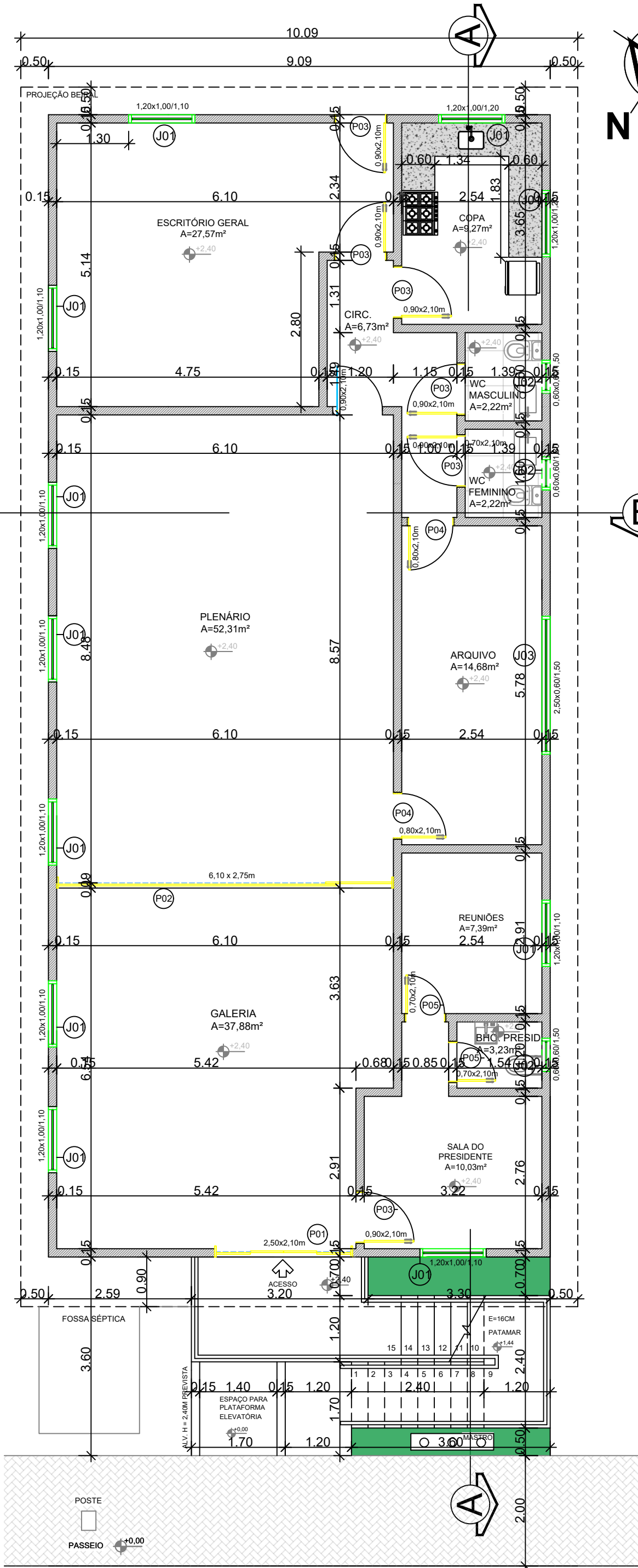
PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2

	PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
	PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
	PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2
	PROJETO:	EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL:		RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO:		7°08'49.2"S 35°15'55.8"W
OBRA:		REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.
ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	
FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
		P. BAIXA IMPLANTAÇÃO P. BAIXA LOCAÇÃO P. BAIXA REFORMA

1 PLANTA BAIXA TÉRREO

ESCALA 1:75



2 PLANTA BAIXA LAYOUT

ESCALA 1:75

QUADRO DE ÁREAS DOS AMBIENTES	
AMBIENTE	MEDIDA
TOTAL A. ÚTIL = 173,53m²	
GALERIA	37,88m²
SALA DO PRESIDENTE	10,03m²
SALA DE REUNIÃO	7,39m²
BANHEIRO PRESIDENTE	3,23m²
ARQUIVO	14,68m²
PLENÁRIO	52,31m²
CIRCULAÇÃO	6,73m²
WC MASCULINO	2,22m²
WC FEMININO	2,22m²
COPA	9,27m²
ESCRITÓRIO GERAL	27,57m²
TODAS AS ÁREAS SE ENCONTRAM NO LAYOUT	

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2

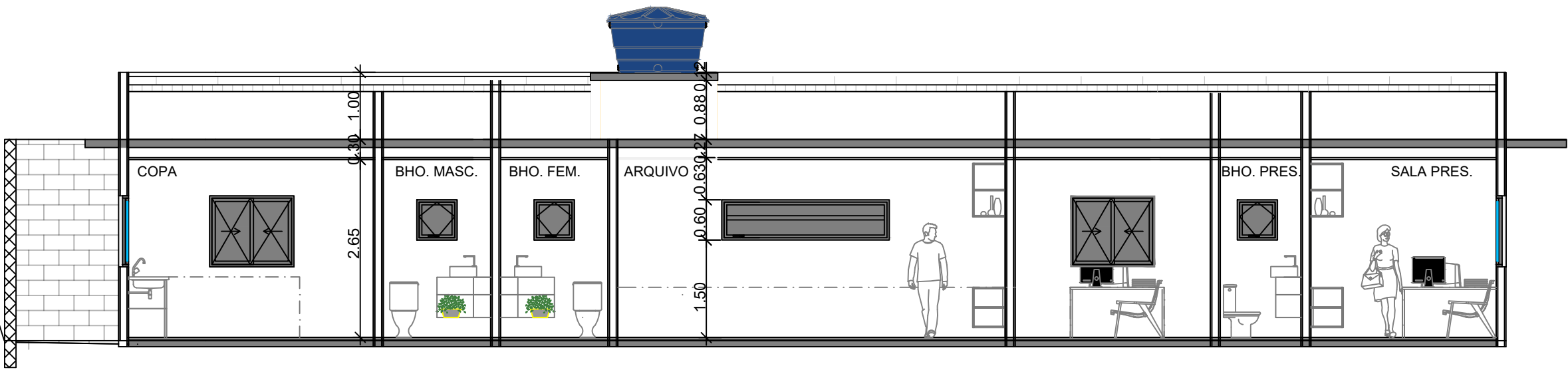


PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

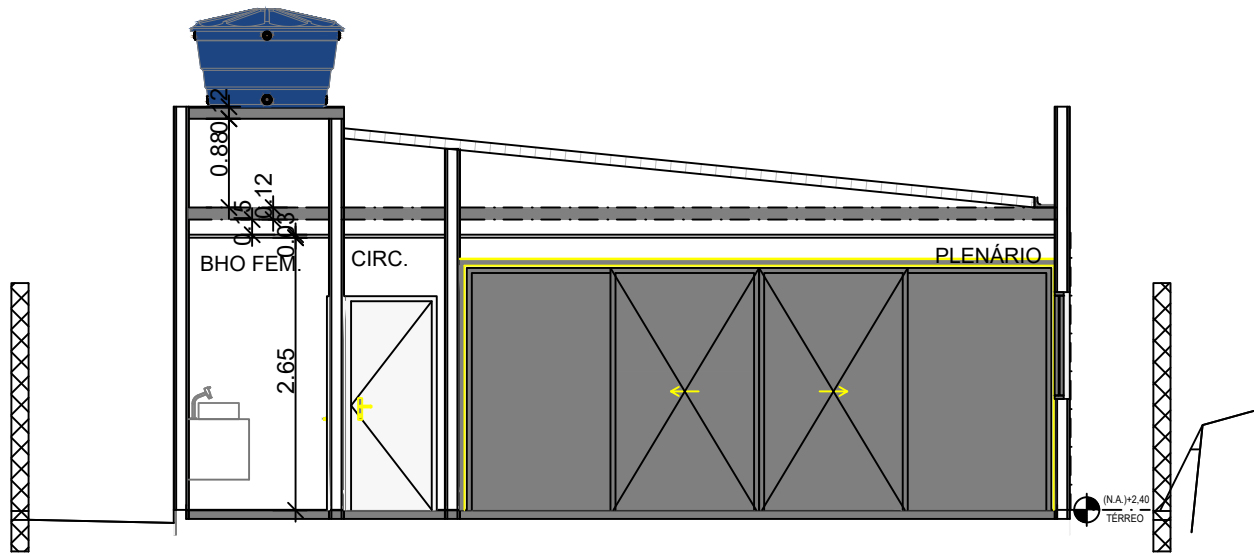
OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	
FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
	P. BAIXA TÉRREO	
	P. BAIXA LAYOUT	
02 / 05		



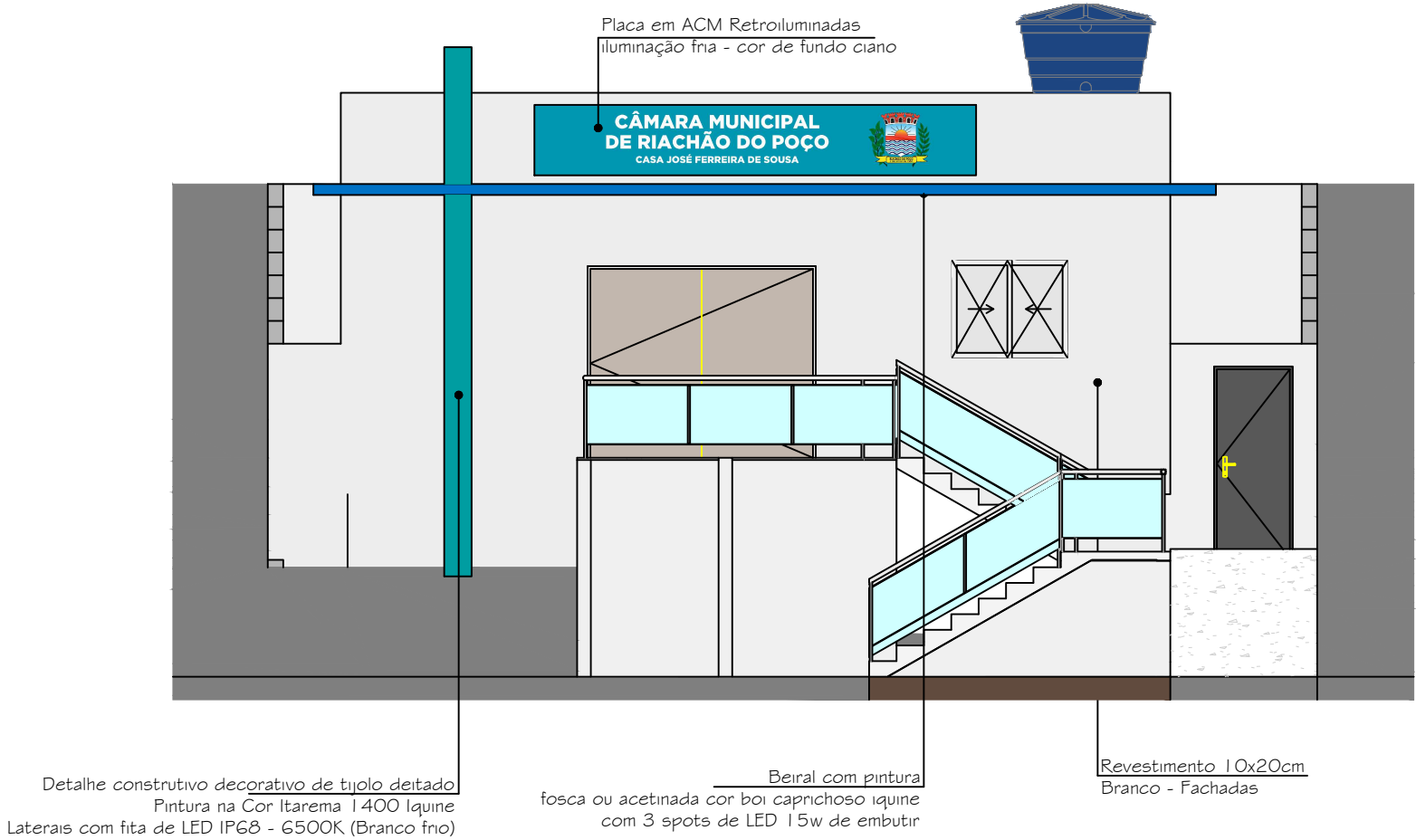
CORTE A

ESCALA: 1/75



CORTE B

ESCALA: 1/75



VISTA NORTE

ESCALA: 1/75



QUANTITATIVO DE JANELAS					
CÓD	QT	COMP.	ALT.	DESCRIÇÃO	
J01	11	1,20	1,00	Janela de correr em alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
J02	03	0,60	0,60	Janela de correr em alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
J03	01	2,50	0,60	Janela boca de lobo alumínio - pint. eletrostática branca e vidro semi-transparente	
QUANTITATIVO DE PORTAS					
CÓD	QT	COMP.	ALT.	DESCRIÇÃO	
P01	01	2,50	2,10	Porta de correr 4 painéis - perfil de alumínio e vidro temperado	
P02	01	6,10	2,75	Porta de correr de 4 painéis (3 fixos, 1 móvel largura 0,90m) - perfil de alumínio e vidro temperado	
P03	05	0,90	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P04	02	0,80	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P05	02	0,70	2,10	Porta de madeira massaranduba	
P06	01	0,90	2,10	Porta de alumínio	

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO


INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2

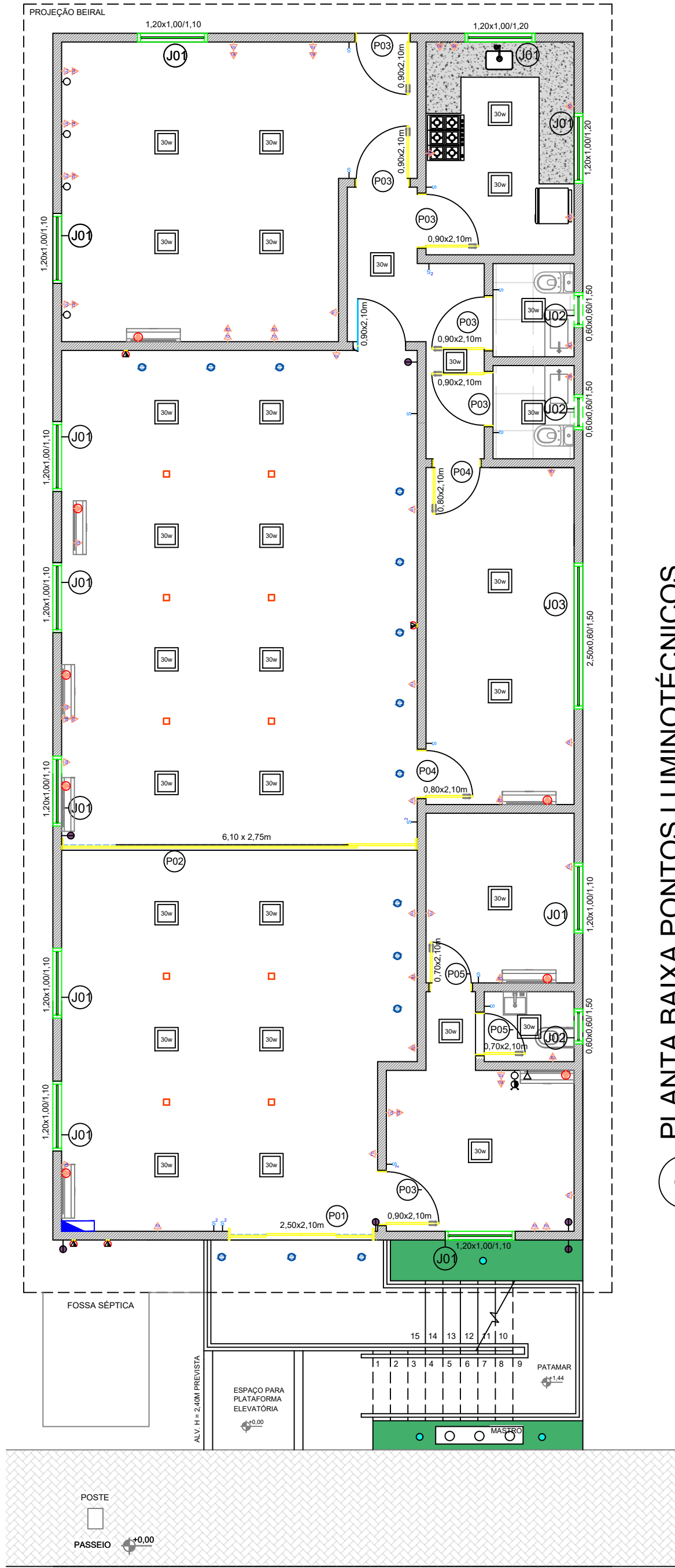
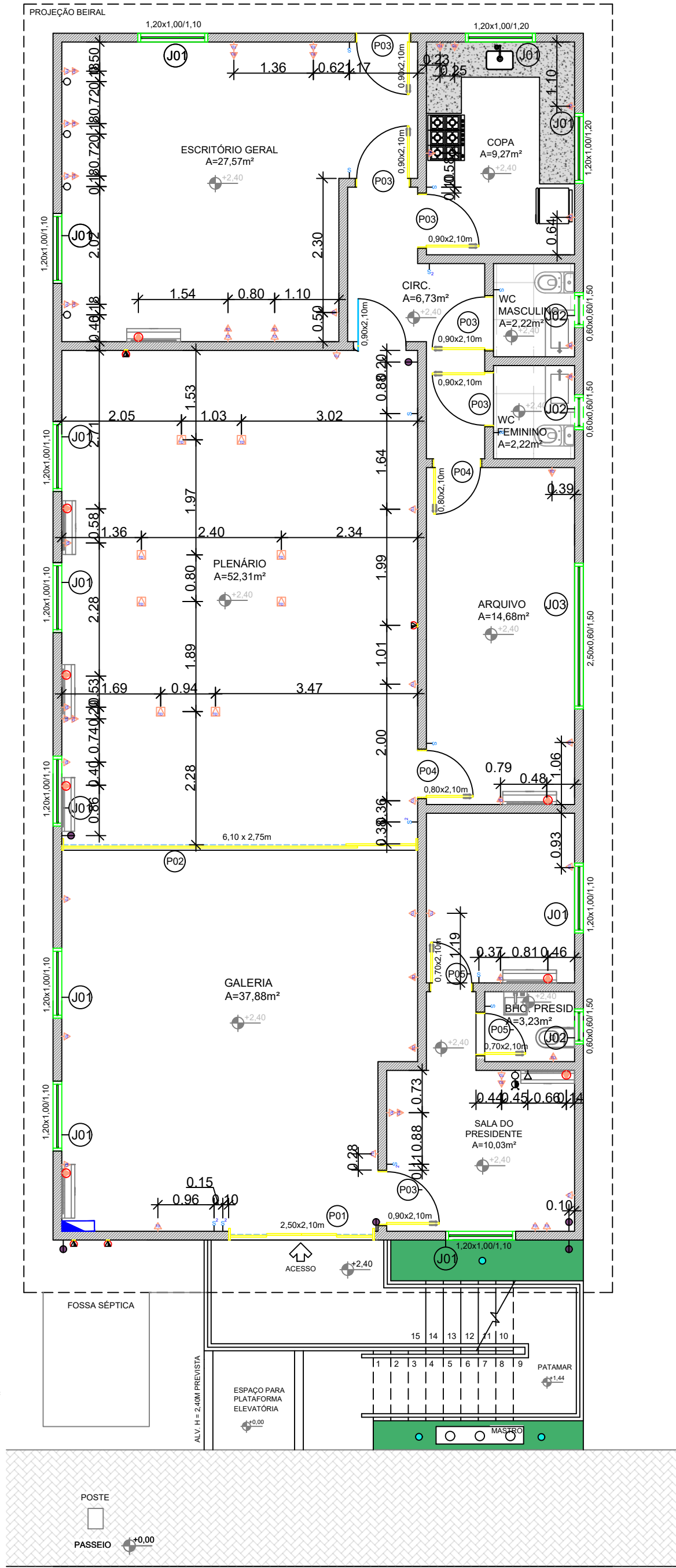
	PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
	PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
	PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2
	PROJETO:	EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
	LOCAL:	RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
	PROPRIETÁRIO:	7°08'49.2"S 35°15'55.8"W
	OBRA:	REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO - PB.
	ESCALA:	DATA
	INDICADA	11/03/2024
	FOLHA:	DESENHO:
03/05	CORTES PERSPECTIVAS FACHADA FRONTAL	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS

PLANTA BAIXA PONTOS ELÉTRICOS

ESCALA 1:75

1

Legenda pontos elétricos	Quantidade
Tomada dupla taxa - h=0,30m	29
Tomada dupla média - h=1,10m	22
Tomada alta AR, 20A - h=2,10m	9
Ar condicionado - split	9
Tomada dupla no piso	6
PONTO PARA VDI - h=0,30m	5
Interruptor 2 seções - h=1,10m	5
Interruptor simples - h=1,10m	6
Ponto de câmera	6
Ponto para PITA LED	2
Ponto de som (caixa no teto)	3
Ponto de som (caixa no teto)	1
Quadro de distribuição h=1,30m	1



PLANTA BAIXA PONTOS LUMINOTÉCNICOS

ESCALA 1:75

2

Legenda luminotécnica	Quantidade
Ponto de tomada para ponto quadrado sobrepor 30w - 40x40cm	30
SPOT LED 1 Sw Branco quente	15
Ponto para PITA LED	4
Caixa de som no forro	10

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2



PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	

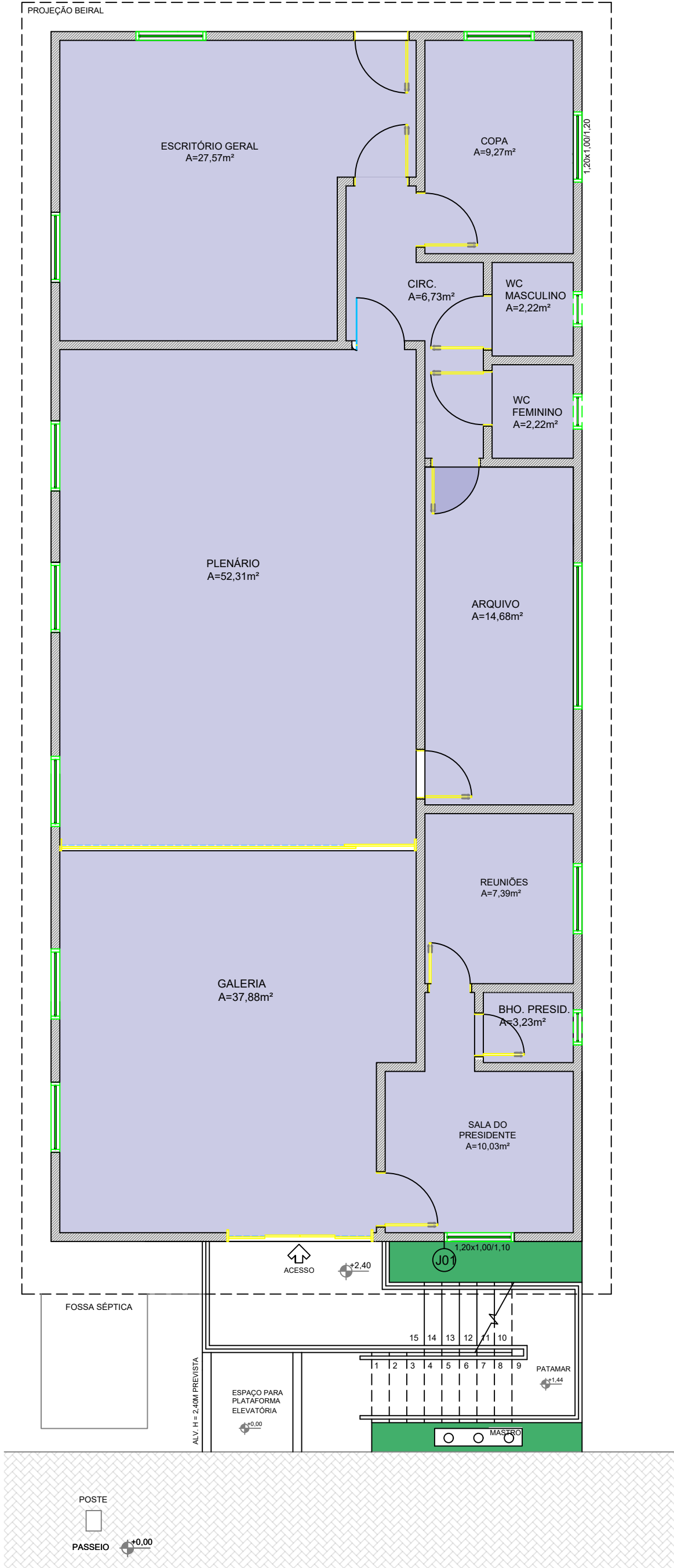
FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
	P. BAIXA PONTOS ELÉTRICOS	
	P. BAIXA PONTOS LUMINOTÉC.	

04 /05

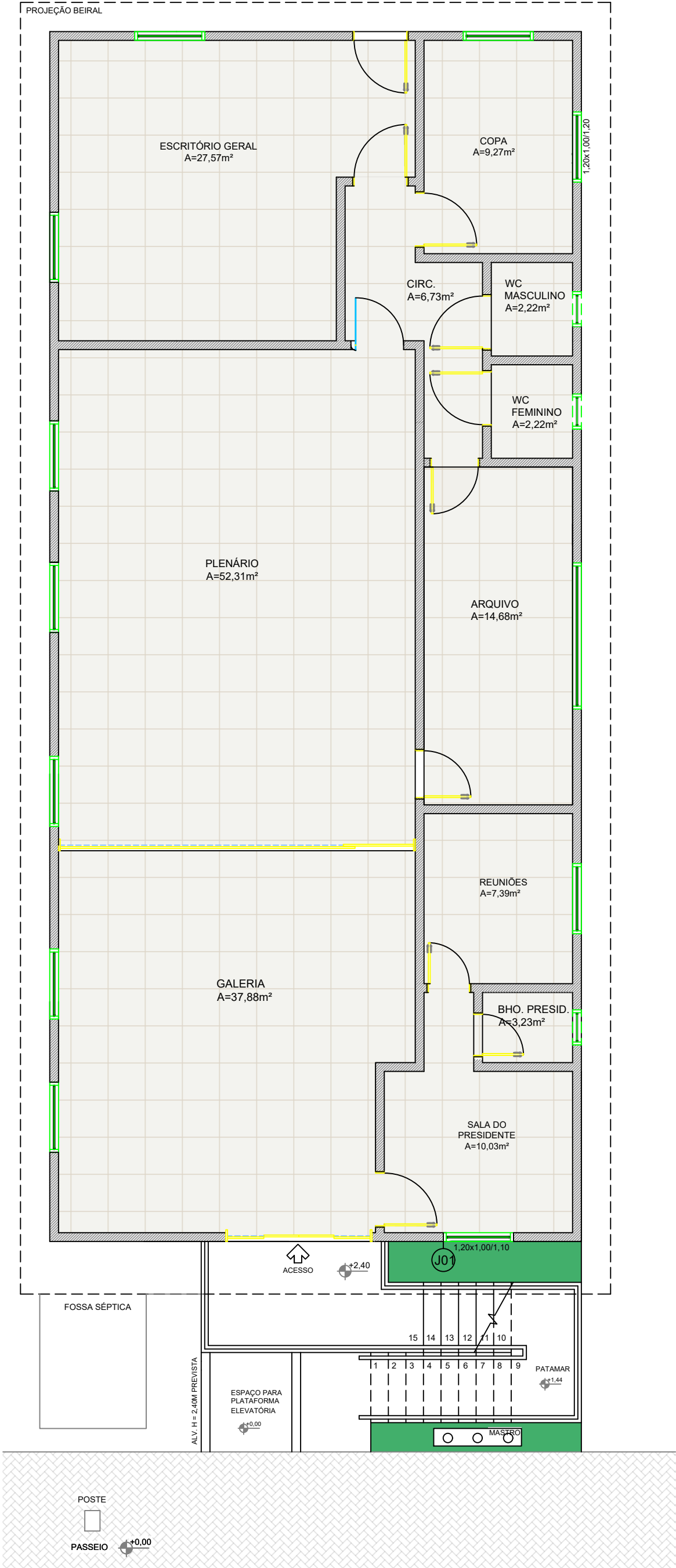
PLANTA BAIXA FORRO

ESCALA 1:75

1



FORRO DE GESSO LISO COMUM - PLACAS DE GESSO
Área total - 173,53m² Área - 15% - 189,56m²



REVESTIMENTO PISO INTERNO BRANCO GORGOM
Área total - 173,53MP
REVESTIMENTO PAREDE (BHOS E COZINHA)
Área total - 69,04m²
REVESTIMENTO FACHADAS EXTERNAS 10X20CM BRANCO
Área total - 236,64m²

PLANTA BAIXA PAGINAÇÃO DE PISO

ESCALA 1:75

2

QUADRO DE MODIFICAÇÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO DA MODIFICAÇÃO	DATA
R00	VERSÃO INICIAL	05/09/2022
R02	Autor	11/03/2024
R01	Aprovador	11/03/2024

OBS: DESCONSIDERAR PLANTAS COM DATAS ANTERIORES AS DEFINIDAS NESTE DOCUMENTO

INSC DO IMÓVEL

ST	QD	LT	ZONA
X	X	X	

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO

PROJETISTA: ENGENHEIRA CIVIL FERNANDA ALVES LIMA
CREA 162048980-5

PROJETISTA: ARQUITETA E URBANISTA MARIA JANNINY GOMES
CAU A298756-2



PROPRIETÁRIO	CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
PROJETO ORIG.	FERNANDA ALVES LIMA - ENG. CIVIL - N° CREA 162048980-5
PROJETO REV.	MARIA JANNINY GOMES - ARQUITETA - N° CAU A298756-2

PROJETO: EDIFICAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
LOCAL: RUA JOÃO FERREIRA ALVES - CENTRO - RIACHÃO DO POÇO/PB
PROPRIETÁRIO: 7°08'49.2"S 35°15'55.8"W

OBRA:
REFORMA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE RIACHÃO DO
POÇO - PB.

ESCALA:	DATA	ARQUIVO
INDICADA	11/03/2024	
FOLHA:	DESENHO:	ÁREAS COMPUTÁVEIS PARA ÍNDICES URBANÍSTICOS
	P. BAIXA FORRO	
	P. BAIXA PAG. DE PISO	

05/05



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO POÇO
SETOR DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA**

Riachão do Poço, 29 de fevereiro de 2024.

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

O objeto do presente documento se trata de um projeto arquitetônico a nível legal, de reforma da câmara municipal de Riachão do Poço – PB. O local já havia passado pela etapa 01 de reforma anteriormente, estando então, em fase cinza de obra, com infraestrutura e superestrutura realizada, bem como alguns trechos de chapisco e emboço. O local necessita, então, do prosseguimento da obra com os itens faltantes a serem executados.

Logo, o presente projeto arquitetônico a nível legal contempla as built com o que foi executado e acordado in loco por parte do responsável vigente pela presidência da câmara com a empresa executora, alterando, assim, o anterior projeto. Portanto, o projeto em questão foi realizado diante de levantamento no local com as novas alterações e adições no layout, levando em conta também a mudança frontal do acesso à edificação, no que se diz respeito a circulação vertical.

A fachada foi alterada de modo a contemplar não só a estética mas a funcionalidade, houve a inserção de uma circulação vertical (escada) obedecendo a NBR 9050/2020, ficando em formato “U” a vencer a altura de 2,40m com o piso do térreo. Por conta da insuficiência de espaço para ser implantada uma rampa acessível, foi previsto como solução desse problema, a implantação de uma plataforma elevatória posteriormente para o uso de pessoas com mobilidade reduzida.

Internamente, o layout sofreu algumas alterações para melhor disposição dos ambientes diante das novas solicitações, bem como a inserção da estrutura de laje no projeto, além do aumento a sul e a leste da edificação.

Portanto, apresento o projeto arquitetônico de reforma a seguir.



1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MARIA JANNINY DE VASCONCELOS GOMES
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 098.XXX.XXX-33
Nº do Registro: 00A2987562

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14078759I00CT001
Data de Cadastro: 14/03/2024
Data de Registro: 15/03/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$119,61 Boleto nº 19976301 Pago em: 14/03/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Câmara Municipal de Riachão do Poço
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 01.XXX.XXX/0001-99
Data de Início: 14/02/2024
Data de Previsão de Término: 14/03/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RUA
Logradouro: JOAO FERREIRA ALVES
Bairro: CENTRO

CEP: 58348000
Nº: 10
Complemento:
Cidade/UF: RIACHÃO DO POÇO/PB

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma

Quantidade: 207,45
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto arquitetônico de reforma conforme adequações solicitadas da obra em vigor no edifício público da Câmara municipal de Riachão do Poço - PB.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14078759I00CT001	Câmara Municipal de Riachão do Poço	INICIAL	14/03/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MARIA JANNINY DE VASCONCELOS GOMES, registro CAU nº 00A2987562, na data e hora: 14/03/2024 11:37:01, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.

